

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

CARDOSO, Marcos Antonio. Marcos Antonio Cardoso (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 1min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Marcos Antonio Cardoso
(depoimento, 2007)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Verena Alberti;

Levantamento de dados: Verena Alberti;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Verena Alberti;

Técnico de gravação: Marco Dreer Buarque;

Local: Belo Horizonte - MG - Brasil;

Data: 29/03/2007

Duração: 2h 1min

Arquivo digital - vídeo: 2; Minidisc: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amílcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha do entrevistado se justificou por seus cargos de gerente de projetos da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e de secretário executivo do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR).

Temas: Movimento negro;

Sumário

Arquivo 1: Origens familiares e atividades dos pais e avós; infância no bairro de Santa Efigênia, em Belo Horizonte, e mudança para a região de Barreiro, na mesma cidade, na década de 70, quando adolescente; primeiros estudos; trabalhos desempenhados na infância: engraxate e vendedor de frutas, verduras e salgados; estudo no Colégio Domiciano Ribeiro, da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (Cnec), no Barreiro; estrutura do Barreiro e sua transformação em bairro industrial; comparações entre o bairro de Santa Efigênia e Barreiro; emprego em uma empresa de construção civil terceirizada da construtora Mannesmann; breve descrição da greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte, em 1979, a chamada "greve dos peão", da qual chegou a participar; episódio de discriminação racial na escola; ausência de discussão sobre a questão racial na família; breve menção à ligação da mãe com a umbanda e do pai com o samba; a importância da música na formação da consciência racial do entrevistado: influências de Michael Jackson, James Brown e música soul; a formação da consciência de classe durante a juventude, no bairro do Barreiro; participação no movimento estudantil e relações com o movimento jovem, o movimento da Igreja e o movimento operário; participação no Movimento Cineclubista do Brasil, no final dos anos 1970; leitura do jornal Versus e de sua coluna "Afro-Latino-América" como forma de contato com a questão racial, no final dos anos 1970; descrição de contato com militantes do movimento negro em uma manifestação de 1º de Maio de 1979 na cidade industrial, em Belo Horizonte; menção à proximidade com grupos clandestinos de esquerda, como o Núcleo Negro Socialista; ingresso no Movimento Negro Unificado (MNU), em 1979, em Belo Horizonte; participação na semana de 13 de Maio de 1979 na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); início da organização do MNU em Belo Horizonte; organização de um ato contra a violência policial no Barreiro; cursos de história e educação realizados na década de 1980; cursos sobre África ministrados na Fundação João Pinheiro, em Minas Gerais, durante a gestão de Aloísio Pimenta, nos anos 1980; processo de organização inicial do MNU de 1978 a 1982 e atuação do entrevistado; a relação do movimento negro com movimentos de esquerda e a resistência desses e de outros movimentos sociais em discutir a questão do racismo; a escolha da graduação em filosofia (1982) e do mestrado em história (2000) na UFMG.

Arquivo 2: detalhes sobre o sustento de um militante profissional; o trabalho como professor da rede estadual de 1990 a 1992; candidatura do entrevistado a vereador em Belo Horizonte, em 82 e 86; participação na criação do Partido dos Trabalhadores em 81; críticas à estrutura sindical e à participação de estudantes no Partido; reflexões sobre a história da África e sua relação com o Brasil; articulação da militância com instâncias do governo: entrada do entrevistado na prefeitura municipal como assessor da Secretaria Municipal de Cultura da prefeitura de Belo Horizonte no governo do Patrus Ananias, de 93 a 96, coordenador geral justamente deste projeto do tricentenário de Zumbi em 95 e criação do Centro de Referência da Cultura Negra; desafios de como consolidar a estrutura da cultura no município e transformar a política cultural; projeto em comemoração aos 300 anos de Zumbi - objetivos: trabalhos com memória e patrimônio, realização de um festival e, por fim, a criação de um Centro de Referência da Cultura Negra para a cidade; trabalho atual do entrevistado: funcionário público do município; coordenação de dois projetos: no campo do movimento, o

processo de mobilização, em Minas e nacionalmente, e a gestão do projeto dos 300 anos, com a realização de cursos sobre literatura, África, trabalhos com candomblés, etc.; realização do Festival Internacional de Arte Negra; contatos com grupos de diversos locais: África, Alemanha, Venezuela, Colômbia, Cuba, Estados Unidos; problemas na gestão de dinheiro resultaram na saída do entrevistado da prefeitura; realização de diversos eventos com seminários, atividades de rua, afoxé, semba; papel no tombamento do terreiro mais antigo de Belo Horizonte; realização de banners, painéis e um monumento a Zumbi no projeto de 95; a partir desses eventos se deu a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir); - antes chamada de Secretaria Municipal de Reparações da Comunidade Negra; discussão com a imprensa sobre a criação da secretaria; "racismo institucional": numa reforma administrativa da prefeitura em 2000, acabam com a Secretaria e é criada uma Coordenadoria em seu lugar; criação e coordenação do entrevistado: programa SOS Racismo, de atendimento às vítimas de racismo; participação de um seminário na OAB Minas Gerais; cargo do entrevistado na prefeitura: analista de políticas públicas; importância de leis como a 10.639; detalhes sobre o trabalho de análise de políticas públicas; entrada na Seppir em 2004, 2005, no cargo de gerente de projetos numa secretaria de relações institucionais, onde permaneceu durante dois anos e meio, desenvolvendo um projeto de articulação institucional; reflexões sobre articulação institucional, utilizando como exemplo a política quilombola; convite - aceito pelo entrevistado - para articular a construção do Conselho Nacional, onde tornou-se secretário executivo; participação na coordenação nacional que vai levar a delegação brasileira a Durban; afastamento do MNU em 1997; aproximação com a Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen); comentários sobre a não-participação do MNU no Encontro Nacional de Entidades Negras (Enen), em 1991; opinião sobre o projeto que o entrevistado julga ser o mais próximo de seus pensamentos, chamado democrático popular, de centro-esquerda; reflexões sobre a existência da Seppir; reflexões sobre a questão da África e a aproximação do continente com o Brasil; próximo projeto do entrevistado: congresso nacional de negros e negras do Brasil, que será realizado em abril de 2008, com o objetivo de construir um projeto político do povo negro para o Brasil.

Entrevista: 29.03.2007

Verena Alberti – Então a gente queria começar... Nós recebemos o seu currículo, nos ajudou muito a pensar, assim, um pouco, a condução da nossa entrevista, mas nesse currículo não diz a data de nascimento. A gente queria saber onde nasceu...

Marcos Cardoso – Qual a minha idade?

V.A. – Onde nasceu, quando nasceu, o pai, a mãe, se tinha irmãos... Essas coisas assim.

M.C. – Eu sou de 11 de setembro de 56.

V.A. – A gente achou, falou assim: “O *e-mail* dele é 11 de setembro. Então vai ver que ele nasceu em 11 de setembro.” 56...

M.C. – Isso mesmo. Tenho 50. Meio século.

V.A. – Isso. Nasceu onde?

M.C. – Nasci aqui em Belo Horizonte. Nasci aqui na maternidade que antigamente chamavam “hospital antigo da Santa Casa da Misericórdia”, aqui no bairro Santa Efigênia. Nasci e morei numa favela, que não existe mais hoje, que chamava Paraíso, e meus pais vieram do interior de Minas.

V.A. – De onde?

M.C. – Minha mãe vem de uma região que chama Guanhães, a cidade polo é Guanhães, mas é um distrito que chama Nossa Senhora do Porto. Meu pai veio de uma cidade que chama Bom Despacho, também de Minas Gerais. Minha mãe veio para trabalhar como empregada doméstica e meu pai veio para ser militar, soldado da Polícia Militar.

V.A. – Vieram separados e se conheceram aqui?

M.C. – Vieram separados e se conheceram aqui na cidade.

V.A. – Como é o nome da sua mãe?

M.A. – Maria das Virgens Cardoso e meu pai é José Aparecido Cardoso. Ambos falecidos. Sou de uma família de dez irmãos, um irmão também falecido. Então nós somos nove: seis homens e três mulheres.

V.A. – E você é o mais velho?

M.C. – Sou o mais velho. Bem, e aí?

V.A. – E eles vieram para cá quando, assim, mais ou menos? Muito tempo antes de você nascer?

M.C. – Muito tempo antes. Eles nasceram no interior. Eles são de 1934.

V.A. – Os dois?

M.C. – Os dois. 1934. Eu tenho a impressão que eles se conheceram ali em torno de 19, 20 anos de idade.

V.A. – Aí se casaram...

M.C. – Eles se casaram e aí constituíram a família.

V.A. – E ele conseguiu ser militar, ele era militar?

M.C. – Segundo a história que eu me lembro, ou que me contaram, é que nessa época inclusive as pessoas até aumentavam a idade para vir para a capital. Eu acho que as pessoas vinham para a capital nessa esperança de melhorar de vida, de outra expectativa de vida. Então subiam a idade para poder entrar, porque era uma forma de conseguir uma colocação no mercado de trabalho, para procurar um emprego. Então, a perspectiva que tinha era entrar para a Polícia. Depois ele foi expulso da Polícia, por... Mas, no caso do meu pai, ao mesmo tempo em que ele era um militar, ele estudava. Ele fez um curso

no Senai.¹ E quando ele saiu da Polícia Militar ele se transformou num operário. Ele era um mecânico de refrigeração e começou a trabalhar nessas empresas metalúrgicas. Aí, nesse período, a gente mudou para uma região operária, que é a região do Barreiro, cidade industrial.

V.A. – Quando ele já tinha sido expulso e já era mecânico de refrigeração?

M.C. – Não, depois que ele saiu da Polícia, ele começou a trabalhar na área metalúrgica. Futuramente, depois de mais tempo, ele mudou, comprou um terreno... A gente morava numa vila, a gente comprou um terreno nessa região, que é uma região de periferia, longe, e aí recomeçou a vida nessa região.

V.A. – Que é Barreiro?

M.C. – Que é o Barreiro.

V.A. – Ele foi expulso por que da Polícia Militar?

M.C. – Briga com o superior, essas coisas. Essas coisas de disciplina.

V.A. – E os avós eram pessoas que trabalhavam no campo?

M.C. – Meus avós todos eram da roça, da área rural. Eu conheci a minha avó e meu avô. Minha avó veio para cá primeiro. Quer dizer, os filhos vêm e depois vão trazendo os parentes. Então, a minha mãe, no meu caso... Os pais do meu pai eu não conheci, não cheguei a conhecer. Os avós maternos eu conheci. Quer dizer, eu conheci quando criança, porque uma vez a gente foi lá na região onde minha mãe nasceu...

V.A. – Guanhões.

¹ Senai: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

M.C. – Guanhães, Nossa Senhora do Porto. Isso, criança, eu tenho essa lembrança. E depois, muito mais tarde, quando a gente já estava morando no Barreiro, minha avó veio para morar aqui. Meu avô ficou.

V.A. – Mas a origem deles é de trabalhador na roça?

M.C. – Trabalhador na roça. Eu acho que tinha um canavial. Hoje falam muito em etanol e eu lembro... Tinha terras, deve ter perdido essas terras nessa região, que é uma região de uma população negra imensa...

V.A. – De Bom Despacho ou Guanhães?

M.C. – Bom Despacho. Ambas. Mas, esse período... Então eu mudei para o Barreiro nos anos 70.

V.A. – Aí já estava com 14 anos?

M.C. – Por aí.

V.A. – E a escola, você chegou a frequentar antes?

M.C. – Sempre estudei em escola pública e, no Barreiro, eu me matriculei também numa escola... Não sei se é pública, eu sei que estudei através de bolsa. Nessa época se ganhava muita bolsa, sobretudo aluno carente, ganhava bolsa de deputado, ganhava bolsa de... No caso da minha mãe, como era empregada doméstica, trabalhava na casa de uma família rica, uma família inclusive de políticos...

V.A. – Qual era?

M.C. – Os Ferraz. E essa família... Aí eu ganhava meia bolsa numa escola de uma rede que se chamava Conselho Nacional de Escolas da Comunidade, Cnec, se eu não me engano.² Não sei se esse é o nome ainda hoje; chamava-se Colégio Domiciano Vieira.³

² A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (Cnec), pessoa jurídica de direito privado fundada em 1943, em Recife, iniciou-se com o trabalho voluntário de um grupo de estudantes universitários liderados

Esse colégio existe até hoje. E nesse colégio eu fiz uma parte do ensino fundamental e o ensino médio. Sempre com meia bolsa, e trabalhava para poder...

A. P. – Pagar a outra parte.

M.C. – Pagar a outra parte.

A.P. – Você trabalhava na escola?

M.C. – Não, trabalhava fora da escola. Aliás, a gente já nasce trabalhando, desde criança você já nasce trabalhando.

V.A. – Quais foram os trabalhos?

M.C. – Para ajudar em casa, não é? Então você faz vários tipos de atividades. Na minha época, por exemplo: você engraxa sapato, vende fruta... Então, essas atividades de criança a gente desenvolveu bastante.

V.A. – Antes mesmo de ir para Barreiro?

M.C. – É. Basicamente antes mesmo de ir para o Barreiro, mas quando eu morava em Santa Efigênia, tinha aqueles campos de futebol de várzea, então a gente fazia biscoito, fazia refresco para vender na beira do campo. No Barreiro a gente fazia uma série de atividades: a gente fazia salgados para vender, a minha mãe fazia bastantes salgados para a gente vender, eu saía vendendo de porta em porta, no comércio, entregava nos bares etc. Outras vezes a gente vendia frutas, outras vezes vendia verduras, porque o Barreiro, nesse momento, era uma região, uma espécie de um “distrito verde” da cidade, tinha uma região de colonização portuguesa e italiana muito voltada para a produção agrícola. Então a gente comprava verduras para revender nas casas.

V.A. – Comprava dos italianos e portugueses?

pelo professor Felipe Tiago Gomes, que oferecia ensino gratuito a jovens carentes. Com o tempo, fundaram-se várias escolas “cenecistas” em diferentes estados do Brasil.

³ O Colégio Cenecista Domiciano Ribeiro, no Barreiro, em Belo Horizonte, foi fundado há mais de 50 anos. Ver <http://colegios.cnec.br/domicianovieira/institucional>, acesso em 16 jan. 2019.

M.C. – A gente comprava ou vinha no mercado, na feira, na central de abastecimento. Então a gente desenvolvia diversas atividades. Mesmo porque nem sempre os pais estavam empregados. Meu pai teve uma época em que ficou doente, ficou muitos anos desempregado, então você tinha que se virar para poder... Você tinha que trabalhar, gerar renda para poder sobreviver. Então isso foi durante muitos anos. Não só eu, mas meus irmãos mais velhos. Uma família com nove, dez pessoas, uma escadinha, então você imagina o sufoco que era sobreviver naquele período. Então essa história, com o tempo você vai buscando outras alternativas. Então fiquei, concluí o ensino médio...

V.A. – Aqui tem, até no seu currículo, esse Cnec, que então é esse Conselho Nacional de Escolas da Comunidade. Eu tinha até botado um ponto de interrogação. Aí tem aqui um curso de história da arte em 75...

M.C. – É porque era uma escola... Eu sempre fui muito ligado a história, então às vezes os professores desenvolviam esses cursos, cursos com poucas horas, mas que eram muito interessantes. Nesse curso, por exemplo, eu quase viro um especialista em barroco mineiro. Então foi aí que eu aprendi o estilo barroco, essas coisas, história da arte...

V.A. – Então a gente pode dizer que era uma escola diferente, não é? Não era assim uma escola...

M.C. – Era uma escola interessante. Eu sempre gostei muito da escola, apesar de me sentir sempre meio estranho na escola. É uma escola no centro do Barreiro, você tem que imaginar o que é o Barreiro; o Barreiro é uma região que hoje tem trezentas mil pessoas, cresceu muito, e é uma região mais antiga que Belo Horizonte, uma região de fazendas, de colonização. Você imaginar o período do trabalho escravo, a colonização, a doação de terras do estado para essas famílias que vieram... Então era uma região que, com o tempo, mesclava muito essa cultura rural, Igreja e início da industrialização, que acabou se transformando

V.A. – Num bairro industrial.

M.C. – Num bairro industrial, dormitório, operário etc. Em 1950, com a instalação dessa empresa que chama Mannesmann, a região teve um surto de desenvolvimento.⁴ E é uma região colada à cidade industrial, então era uma espécie de bairro dormitório, um pouco apartada do centro, da vida cosmopolita de Belo Horizonte.

V.A. – Então, nessa escola, o senhor se sentia um pouco fora, como era...?

M.C. – É, porque, como eu morava em Santa Efigênia, e Santa Efigênia é um bairro de negros, de militares... Porque a santa é padroeira dos militares. Inclusive, o núcleo central do bairro é todo com nomes de tenentes, coronéis, majores etc. E meu pai era militar, o quartel era no bairro, que era o Batalhão de Guarda do Palácio do Governo, e, criança, a gente vivia por ali. E, nessa época, você poderia vir a pé ao centro da cidade tranquilo. Hoje, não. Hoje é um bairro de classe média. Vai mudando. É um bairro de classe média, onde a população negra, por exemplo, já não...

V.A. – Em Santa Efigênia não tem mais...?

M.C. – Existe a população, mas não tanto quanto no passado. Na medida em que o bairro vai tendo especulação imobiliária, as pessoas vão mudando, vão sendo expulsas e os mais pobres do bairro vão indo para a periferia – o que aconteceu um pouco com a minha família.

V.A. – Eu não conheço Belo Horizonte. Quer dizer, Barreiro era pior, nesse sentido, do que Santa Efigênia?

M.C. – Hoje, não. O Barreiro cresceu, é um bairro assim bucólico... O que era pior? Transporte público, equipamento cultural, escola... Então era um bairro distante.

V.A. – Ainda que essa escola tenha sido...?

⁴ A Siderúrgica Mannesmann foi instalada no Barreiro em 1952. Ver [http://pt.wikipedia.org/wiki/Barreiro_\(região_de_Belo_Horizonte\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Barreiro_(região_de_Belo_Horizonte)), acesso em 9/6/2008.

M.C. – Exatamente. Então eu acho que... E o Barreiro é uma região grande, e essa região central onde fica a escola era uma região, vamos dizer, mais de classe média e tal. E onde a gente morava era bem longe desse centro.

V.A. – Dessa escola.

M.C. – Exatamente. Você descia a pé todo dia porque, às vezes, ou não tinha ônibus ou você não tinha o dinheiro do transporte. Então você fazia esse trajeto anos e anos a pé para poder ir para a escola.

A.P. – Mas a escola era particular?

M.C. – A escola era particular.

A.P. – E como eram as relações dentro da escola? Você falou que se sentia estranho...

M.C. – No começo estranho, por estranhar o tipo de escola. Porque é uma escola diferente da escola da região de onde eu morava. E depois por ser uma escola onde a presença de negros e pobres era muito pequena no conjunto do alunado da escola. Então era muito complicado de fato. A relação era tranquila, mas era uma... Hoje eu consigo perceber isso, mas a escola era uma escola... Por exemplo, o meu pai é metalúrgico, mas amigos meus de escola eram filhos de médicos, naquela época. Então por aí você sente a diferença.

A.P. – Mas havia muitos alunos negros...?

M.C. – Muito poucos. Fazendo ensino médio, muito poucos.

V.A. – Quer dizer que a maior parte dos alunos era descendente dos italianos e dos portugueses da região?

M.C. – Dos comerciantes da região.

V.A. – Seu pai chegou a trabalhar na Mannesmann?

M.C. – Não. Meu pai, não. Eu trabalhei, cheguei a trabalhar na Mannesmann, não na empresa em si, mas no que chamam hoje de terceirizadas. Porque eu trabalhei muitos anos, lá no Barreiro já, antes de eu começar a trabalhar nas empresas mais ligadas à indústria, eu trabalhei... Por exemplo, o primeiro emprego que eu tive foi num posto de gasolina no centro da cidade. Depois eu entrei numa empresa de construção civil, que é uma empresa que a gente chama de “gato”. Não é uma grande construtora; “gato” é uma terceirizada de uma construtora. Por exemplo, uma empresa como a Andrade Gutierrez pega uma grande obra e subloca diversas fases da grande obra. Por exemplo, a Ferrari, de armações de ferragens, que era a empresa em que eu trabalhava; então, vai construir um viaduto, e a Andrade Gutierrez ou a Mendes Júnior, ela é responsável por essa obra, mas, por exemplo, a ferragem da obra, a colocação da ferragem é toda sublocada para uma outra empresa, que subloca para uma outra. Então você imagina a precarização do trabalho. E eu trabalhava num desses “gatos”, que é uma empresa. E aí, numa dessas obras, no caso da Mannesmann, que era construção de forno, de tanque de decantação de minério, obras de construção civil, obras civis, eu cheguei a trabalhar dentro da Mannesmann com uma obra dessas, dentro dessa empresa. Trabalhei também numa dessas dentro da Petrobrás, mas também nessas... Quando eu era mais novo. Mas não ficava muito tempo, porque eu não dava muito conta desse tipo de tarefa. Então é engraçado, porque eu estava na construção civil quando estourou a greve de 79 aqui em Belo Horizonte, que é a chamada “greve dos peão”, uma das greves que parou a cidade, houve muita depredação de prédio público, INPS, aqueles símbolos...

V.A. – Essa é a greve de Contagem, não?

M.C. – Não. Essa é a “greve dos peão” de 79.

V.A. – Ah, tá. Contagem é 68.

M.C. – Se você pegar a imprensa da época, você vai ver como imprensa cercou a greve, na qual, na época, vieram até os cantores Zé Geraldo, Chico Buarque... Era uma greve dos pedreiros – que não chamavam de greve dos pedreiros, chamavam “greve dos peão” –, em Belo Horizonte, da qual a gente chegou a participar. Tem até um filme feito em Super 8, na época, que se chamava *O tapa*. Então teve grandes assembleias.

Terminavam as assembleias, o pessoal descia e a cidade parava, todo mundo corria para casa, de medo da greve.⁵ Muito interessante. E eu cheguei a participar desse movimento nessa época, porque eu já era da categoria. E já era do movimento negro em 79.

A.P. – A gente vai chegar lá.

M.C. – Mas eu estou contando porque estou falando do trabalho, como é que foi...

A.P. – É porque eu queria lhe perguntar, um pouco antes. Você falou que era difícil e tal, mas você percebia casos de discriminação na escola?

M.C. – Na época, não. Hoje eu percebo que era discriminado. Não tinha muita noção. Depois você vai tomando consciência.

V.A. – Por exemplo?

M.C. – Um exemplo: você chegar na sala de aula no primeiro dia e a pessoa falar assim: “Veio um representante da raça negra na sala.” Você chega, não conhece ninguém, e uma pessoa fala uma frase dessas e vira para você e olha; fala para a sala inteira. Imagine se você nunca tivesse pensado sobre o assunto.

V.A. – E você já tinha pensado?

M.C. – Não. Pensava, pensava, mas não elaborava. Eu nunca vou esquecer isso. Nunca esqueci, nessa escola. É claro que depois, com o tempo, você vai se sociabilizando e vai discutindo. Mas essa lembrança ficou.

A.P. – E havia a discussão sobre a questão racial na família?

⁵ Sobre a greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte de 1979, ver Ricardo Cordeiro de Oliveira, “A memória da construção e a construção da memória: a greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte em 1979”, trabalho apresentado no XXIII Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História (Anpuh), realizado na Universidade Estadual de Londrina em julho de 2005 (disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=29411) e Marina Mônica de Freitas, “A rebelião dos pedreiros: um estudo sobre a grande greve dos operários da construção civil de Belo Horizonte no ano de 1979”, Belo Horizonte, UFMG, 1993 (Monografia de fim de curso de graduação).

M.C. – Na família, não. Eu até falo isso na entrevista da *Roda*.⁶ Mas como é o processo de percepção e formação da consciência? Na família não. A família conversava muito pouco sobre, porque também era uma família muito voltada para a luta cotidiana da sobrevivência. Então a discussão não acontecia muito. Agora, era uma família, na época, muito festiva. Minha mãe era uma pessoa muito ligada à umbanda, meu pai muito ligado à música, ligado ao samba. Então nesse processo... mesmo numa região onde... o Barreiro, por exemplo, hoje, onde eu morava, é um bairro que tem três ou quatro terreiros de candomblé autênticos. Só que depois, com o tempo, é que você vai descobrindo uma presença forte da Igreja, das Comunidades Eclesiais de Base, presença sindical, então esse processo é que vai... Então como é que eu vou tomando consciência disso? Primeiro através da música. Através da identificação, por exemplo, com Michael Jackson quando criança, que era da minha época, com o James Brown, com a música *soul*, daí os bailes e a tentativa de organizar a juventude naquele momento. Então aí que começa esse processo de discussão. Além disso, como eu morava num bairro operário, a violência era muito presente. Ainda no final do período da ditadura militar todinha, você está num bairro onde a polícia estava constantemente prendendo, averiguando, pegando documentos, humilhando operário... Então aí esse processo vai criando uma revolta, você acaba virando um rebelde sem causa. Desse processo começa um processo de elaboração, de formação da consciência para dar o salto para a organização. Então essa história do Barreiro é muito interessante. Por mais que eu tenha morado num bairro negro, que é Santa Efigênia, mas quando eu mudo para a região, a consciência de classe apareceu com muita força. O fato de meu pai se transformar em metalúrgico, a presença, mesmo na clandestinidade, do movimento sindical, sobretudo no sindicalismo metalúrgico, então tudo isso vai criando um caldo de cultura que você vai...

Para você ter uma ideia, antes de entrar para o movimento negro, em 77, eu fazia, já entrava no movimento estudantil sem ser estudante. E tinha um medo danado de ser preso, porque você não é estudante. Então os estudantes faziam passeatas para o III ENE, criação da UNE, tudo isso, e o pau quebrava mesmo.⁷ Você entrava, se você fosse preso, estava lascado. E não era estudante. Não era estudante universitário.

⁶ O entrevistado refere-se à revista *Roda: arte e cultura do atlântico negro*, nº 3, de agosto de 2006, na qual ele concedeu uma entrevista a Ricardo Aleixo, editor da revista.

⁷ Em junho de 1977, os estudantes tentaram realizar o III Encontro Nacional de Estudantes, o III ENE, em Belo Horizonte, com o objetivo de reconstruir a União Nacional dos Estudantes, posta na ilegalidade em 1964. O encontro, contudo, não ocorreu, pois a Polícia Militar cercou a cidade e prendeu, ainda nos

V.A. – Mas como é que você entrou nesse circuito das passeatas de estudantes? Trabalhava nas empresas “gato” e...?

M.C. – Por causa do movimento jovem, movimento de Igreja, movimento operário, movimento sindical, que eram movimentos, vamos dizer assim, no caso do movimento sindical, por causa do peleguismo do sindicato, era um movimento alternativo, um movimento de oposição clandestina...

V.A. – Aos pelegos.

M.C. – Exatamente. Porque era perigoso você se defrontar diante do sindicato e ser preso, ser mandado embora. Nessa época era muito difícil você expressar alguma coisa. Então eu sou de uma geração silenciada, em que a expressão da consciência da política, da arte, se dá através da cultura, através da música popular brasileira, sobretudo através daí. Então é uma geração silenciada. E só no final, em 79, quando estoura o movimento, é que começa a se abrir mais. Para você ter uma ideia, no final dos anos 70, até o início dos anos 80, eu cheguei a participar de um movimento chamado Movimento Cineclubista do Brasil. Que é antes do vídeo de duas cabeças. Eu lembro até que defendi uma tese numa jornada nacional de que o vídeo de duas cabeças ia acabar com o Movimento Cineclubista. Porque o que acontecia? Os cineclubes eram uma espécie de grupos nos bairros. O movimento estudantil... Nessa época tinha muitos cineclubes nas faculdades, nas universidades. Tinha uma distribuidora independente de filmes, com uma lista de filmes, as faculdades alugavam esses filmes para passar no circuito universitário durante a semana, e no final de semana esses filmes ficavam... Então a gente pegava esses filmes nos DAs,⁸ ou sobretudo no DCE,⁹ e fazia um roteiro, um circuito com eles na periferia. Inclusive muitos filmes proibidos pela censura, e dez anos depois é que esses filmes vão começar a circular no circuito comercial. Então esse processo... Você pegava um projetor – naquela época era projetor de 35 milímetros. 35 não, 16. Carregava nas costas dentro do ônibus, chegava no bairro, atrás de uma igreja, num lençol na praça, ou numa parede que você achava interessante, à noite, projetava o

ônibus, os estudantes que chegavam para o encontro. Ver <http://www.ufmg.br/online/arquivos/005922.shtml>, acesso em 31/7/2008.

⁸ DAs: Diretórios Acadêmicos.

⁹ DCE: Diretório Central dos Estudantes.

filme, a comunidade assistia e ainda tinha a pretensão de discutir o filme e da população ainda escolher o filme da próxima semana, o que era muito engraçado. E aí, nesse processo de organizar, os jovens ficavam mais interessados e criavam os cineclubes. Eu acho que eu tenho até hoje aqui essas cartilhas: “Como criar um cineclube no seu bairro” etc. E nesse processo eu participava das jornadas, que eram jornadas nacionais. Então existia um movimento cineclubista forte, que hoje virou “cineclube *cult*”, como a gente chama esse circuito de exibição. Até recentemente, antes das igrejas evangélicas comprarem os espaços dos cinemas antigos, a gente fazia muito isso. E existia aqui um Centro de Estudos Cinematográficos, que era também um movimento de cinema e tal.¹⁰ Então nesse processo também se discutia muita política, conversava bastante, bebia muito, conversava muito e organizava muitas coisas.

V.A. – Quais eram os filmes? Você lembra?

M.C. – Assistimos a vários filmes. Eu lembro de filmes, por exemplo, antes do Cacá Diegues fazer o... tem o *Quilombo* feito, *O pagador de promessas*, *Actas de Marusia*, os filmes de Costa Gavras, só filme censurado. E também filmes que a população pedia: *O campeão*... Quando pedia a população para escolher, escolhiam os filmes que às vezes não tinham na nossa lista, mas filmes assim com essa linha de, vamos dizer assim, entre aspas, de realismo socialista, de denúncia da realidade, filmes um pouco nessa linha.

V.A. – Mas eu percebo que o próprio fato de estar participando desse movimento cineclubista e essa relação com o sindicato, não sei o quê, também faz parte de escolhas. Você podia não ter feito esse tipo de escolha, podia ter...

M.C. – Isso eu estou falando do período do final dos anos 70. É nesse período que eu entro para o movimento. Eu começava a discutir essa questão do racismo, eu percebia essa diferença de tratamento entre negros e brancos...

V.A. – Como que percebia?

¹⁰ O Centro de Estudos Cinematográficos de Minas Gerais foi criado na década de 1950. Ver [http://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_de_Estudos_Cinematogr%C3%A1ficos_\(Belo_Horizonte\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_de_Estudos_Cinematogr%C3%A1ficos_(Belo_Horizonte)) e <http://www.festivaldecurtasbh.com.br/festcurtas/10f/pt/default.asp?id=realiza>, acesso em 31/7/2008.

M.C. – Percebia no cotidiano. Percebia na escola, percebia nas condições de vida, em tudo isso. Começava a falar sobre isso. E aí numa dessas, num 1º de Maio... E aí através desse movimento, vamos dizer, clandestino, eu comecei a ter acesso a um jornal chamado jornal *Versus*. Não sei se você já ouviu falar no jornal *Versus*, que tinha uma coluna “Afro-Latino-América”.¹¹ Então eu lia, eu comprava o jornal só para ler o “Afro-Latino-América”. Então, a partir do “Afro-Latino-América”, eu comecei a me inteirar do debate da questão racial, em 77, 78. Ainda tinha vinte e poucos anos. E numa dessas manifestações do 1º de Maio, Dia do Trabalhador, na praça do Trabalhador, na cidade industrial, nós fomos para... Aí surgiu toda essa discussão em torno da greve do ABC e tal, então houve uma mobilização muito grande. Nesse 1º de Maio, que a praça foi cercada e tal, me aparece um cidadão... e eu já falava dessa discussão... A partir de que esse jornal chegava na minha mão através desse movimento, chegava o jornal *Versus*, cineclubista, tinha acesso, e comecei a receber o jornal. Não recebia, a gente tinha que procurar, porque ninguém... Numa época em que o pessoal estava incendiando banca de revista, não é, você imagina.¹² E aí...

V.A. – Uma pessoa chegou perto e já sabia...

M.C. – Não. E aí, o que aconteceu? Aí eu fiquei sabendo da organização do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial.¹³

V.A. – Porque alguém chegou perto nessa praça...?

M.C. – Eu vi no jornal, eu li a matéria no jornal.

¹¹ “Afro-Latino-América” era o nome da coluna de responsabilidade de Hamilton Cardoso publicada no jornal *Versus*, na época vinculado à Convergência Socialista, que circulou de outubro de 1975 a outubro de 1979 e chegou a ter edições de 35 mil exemplares.

¹² Durante o período que ficou conhecido como de Abertura política, nos governos dos generais Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985), bancas de jornais que vendiam periódicos da imprensa alternativa sofriam ataques a bomba executados por grupos extremistas contrários ao processo de transição para a democracia. Tratava-se de ações do mesmo teor que os ataques a prédios de jornais da oposição, à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, à sede da Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio – este último resultando na morte da secretária Lyda Monteiro, em agosto 1980 – e ao Riocentro, em 1º de maio de 1981.

¹³ Em 7 de julho de 1978, um ato público contra o racismo, em frente do Teatro Municipal de São Paulo, marcou o início do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR), posteriormente Movimento Negro Unificado (MNU). Ver, a respeito, Verena Alberti & Amílcar Araujo Pereira (org.). *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC* (Rio de Janeiro, Pallas, CPDOC-FGV, 2007), capítulo 4.

V.A. – Mas o que tem essa manifestação no 1º de Maio?

M.C. – Ah, tá: como é que eu entro no movimento. E aí, no processo de discussão, eu já sabia da existência do movimento, eu estou lá no 1º de Maio na praça...

A.P. – De 79?

M.C. – De 79. Eu já sabia que o Movimento Unificado já tinha sido criado, e aí me aparece Hamilton Cardoso.¹⁴

A.P. – Aqui em BH?

M.C. – Aqui em Belo Horizonte. Veio criar o Movimento Unificado aqui em Belo Horizonte, com um casal de advogados que são meus amigos.

V.A. – Você já conhecia o casal de advogados?

M.C. – Não. Nem Hamilton. Conheci Hamilton porque ele assinava algumas matérias do jornal. Me aparece um cara *black*,¹⁵ eu estou lá tomando cachaça, conversando e tal, e aí nós começamos a conversar.

V.A. – Porque era *black* era diferente?

M.C. – Exatamente. A identidade é na hora. Não, ele estava me procurando, porque já ouviu falar... Porque existia nessa época o chamado Núcleo Negro Socialista.

A.P. – Da Convergência?¹⁶

¹⁴ Hamilton Bernardes Cardoso (1954-1999), jornalista e escritor, participou da fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978; fundou a revista *Ébano*, em 1981, e publicou *O resgate de Zumbi* (1986) e *(Re)vivendo Palmares* (2000). Foi também cofundador da revista *Lua Nova*, do Centro de Estudos e Cultura Contemporânea do Brasil (Cedec). Ver www.partes.com.br/consciencia_02.html e www.comciencia.br/reportagens/negros/15.shtml, acesso em 3/6/2005.

¹⁵ Refere-se ao cabelo *black* de Hamilton Cardoso, naquela época.

¹⁶ A Convergência Socialista foi uma organização política criada em 28 de janeiro de 1978, em São Paulo, e uma das correntes atuantes no Partido dos Trabalhadores a partir de 1980. Deixou de existir em 1994, quando seus membros passaram a integrar o recém-criado Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Ver *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, edição revista e atualizada (Rio de Janeiro, Editora FGV, CPDOC, 2001), doravante designado apenas como *DHBB*.

M.C. – Na época não era Convergência, mas era esse grupo que nasceu aí. Como eu era muito próximo desses grupos de esquerda clandestina, por causa do movimento sindical, então você tinha um contato, falava, recebia o jornal... E a polícia, você achava sempre que estava sendo perseguido. Aquela cultura do Calabouço dos anos 70, dos anos de chumbo etc.

A.P. – Mas quem faz a ligação com você é o casal de advogados?

M.C. – É o Hamilton e o casal de advogados, Maria Lúcia e Lucimar Brasil.¹⁷

A.P. – É através deles que o Hamilton chega a você?

M.C. – Exatamente.

V.A. – Mas ele não conhecia o casal de advogados.

M.C. – Não. Não conhecia não. Eles vão para lá e aí a gente começa a conversar, nos conhecemos, Hamilton ficou aqui em Belo Horizonte e começamos a conversar sobre o movimento. Naquela semana de maio de 79 estava sendo organizada aqui na Faculdade de Filosofia a primeira dessas semanas do negro, coordenada por um antropólogo daqui de Belo Horizonte chamado Romeu Sabará.¹⁸

V.A. – Era um antropólogo de BH?

M.C. – Da Universidade Federal de Minas Gerais. Então estava organizando essa semana na Universidade e aí nós começamos a discutir que era interessante participar dessa semana. Isso na semana do 13 de maio, com aquela visão da abolição da escravidão, princesa Isabel, aquela coisa toda.

¹⁷ O casal de advogados Lucimar Brasil da Silva e Maria Lúcia de Oliveira Brasil, dois dos fundadores do Movimento Negro Unificado em Belo Horizonte, foi homenageado pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais no dia 19 de novembro de 2004, em função das comemorações pelo Dia Nacional da Consciência Negra. Ver http://www.almg.gov.br/dia/A_2004/11/L251104.htm, acesso em 4/8/2007.

¹⁸ O antropólogo Romeu Sabará da Silva foi professor na Universidade Federal de Minas Gerais entre 1970 e 1996. Em 1997 doutorou-se em antropologia social na Universidade de São Paulo, com a tese “Comunidade negra dos Arturos e o drama do campesinato negro brasileiro”. Ver www.cnpq.br, “Plataforma Lattes”, acesso em 5/8/2007.

V.A. – Então tinha o 1º de Maio e o 13 de Maio, as duas coisas juntas?

M.C. – É, eu estou no 1º de Maio. Eu estou colocando que naquele momento eu fiquei sabendo, nessa conversa entre eles, que estava sendo organizada essa semana e que era interessante participar da semana. Era nesse sentido. E aí, nesse 1º de Maio, o Hamilton, esse pessoal deixa comigo o livro do Abdias, *O genocídio do negro brasileiro*.¹⁹ Eu não tenho ele mais aqui, mas vocês conhecem o livro do Abdias. Eu li aquele livro, acho que naquele dia mesmo. Depois eu peguei mais uns cem para vender. Aí já começou a fazer finanças, essa coisa toda. Eu li esse livro e pensei assim: “Era uma luz que estava me faltando para poder organizar as ideias.” Porque o que Abdias dizia naquele momento d’*O genocídio do negro brasileiro* era quase o que eu pensava sobre o que acontecia com o negro no Brasil. Então a partir daquele momento eu ingressei, comecei a militar organizadamente no Movimento Negro Unificado. Dali nós partimos para..., eu fui participar da semana do 13 de Maio. Naquela semana mesmo eu já estava no DCE rodando o primeiro boletim, que chamava *Força Negra*, num mimeógrafo a tinta, acho que era até manual – não sei se era elétrico –, rodando de madrugada para a gente lançar o boletim na semana, dentro da Fafich da Universidade Federal de Minas Gerais.²⁰ Então, naquele processo de encontrar Hamilton Cardoso, que eu considero o meu guru, Lucimar Brasil e Maria Lúcia, mais uma meia dúzia que estava começando a iniciar a organização do movimento em Belo Horizonte, e naquele processo começamos a fazer reuniões, e deu no que deu. Então, assim, o processo de entrada no movimento foi assim que se deu: através da participação desses grupos no movimento sindical clandestino, o contato com essas organizações de esquerda naquele período, que também não eram todos conhecidos; conhecia um, tinha uma referência, mas, a partir daí o acesso ao *Versus*, aos jornais, e a partir daí o contato com as pessoas que estavam organizando ou retomando o movimento negro no Brasil. Então a partir dali, até hoje, não parou mais.

V.A. – Essa sua inserção no movimento sindical era por quê? Porque você trabalhava nessas firmas que eram os “gatos”?

¹⁹ Abdias do Nascimento. *O genocídio do negro brasileiro* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978).

²⁰ Fafich é a sigla para Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

M.C. – Por causa da região. Porque nessa época o movimento sindical, a oposição sindical era muito mais ligada ao movimento de bairro do que ao próprio sindicato. Primeiro porque era um bairro dormitório de trabalhadores, então toda a luta se dava no... não existia o... Porque o sindicato tinha aquela coisa da carteira assinada, do sindicalizado e tal. Mas o movimento não, o movimento se dava na região, no movimento de bairro. Eu cheguei a ser presidente de associação de moradores nessa época. Apesar de ser muito novo, não sei o quê, cheguei a ser presidente de associação de moradores. Depois não mexi mais com associação de moradores. Grupo de jovens, grupos de teatro de periferia, então sempre mexi com isso: grupos de teatro de periferia, festival de música, fizemos um festival lá... Então eu era um jovem perdido, querendo, procurando alguma coisa para fazer.

V.A. – Seus irmãos também participavam desse movimento?

M.C. – Não, muito pouco. Só tenho um irmão que é militante. O outro é militante do sindicato, mas, assim, nunca se envolveu muito com a militância não. Tem consciência, mas não é daqueles “militantes de carteirinha”, como a gente fala. Só tenho um irmão militante.

V.A. – Como é o nome dele?

M.C. – Flávio Lúcio Cardoso. Esse é militante do movimento social.

A.P. – Eu queria te perguntar o seguinte: você falou do *soul*, da música *soul*, da música em geral como uma forma de conscientização, acesso a essa consciência. Depois você passou para o jornal *Versus*, que trazia a “Afro-Latino-América”. Você recebia, durante esse processo todo aí no início da década de 70, informações de África, das lutas de libertação, dos próprios direitos civis nos Estados Unidos? Isso aparecia nesse processo?

M.C. – Isso aparece muito intensamente no movimento, no início do movimento.

A.P. – E para você pessoalmente, individualmente?

M.C. – Não. Aparece, quando eu entro no movimento essa questão aparece. A identificação vem através da cultura, quando aparece alguma coisa na televisão ou em algum jornal, alguma matéria que interessava. Mas a discussão sobre África e sobre Estados Unidos vem com o debate político que se trava no interior do movimento. Então o meu processo de formação eu devo todo ao movimento negro, todinho ao movimento negro. A minha formação política se dá no interior do movimento negro. Eu estou contando um processo, que até eu chegar ao movimento, eu não tinha ainda muito...

V.A. – Deixa eu ver se eu entendi direitinho: o Hamilton Cardoso, quando veio para cá, sabia que ia se encontrar naquela manifestação de 1º de Maio...? Estava procurando você ou isso foi por acaso, assim: dois *blacks* se encontraram?

M.C. – Eu acho que não é por acaso, mas eu também não sei se ele veio com essa determinação. Certamente a juventude negra operária participava sempre... O Hamilton teve um recorte de classe muito forte. Então, com certeza, a gente vai sempre encontrar alguém. Se você imaginar como é o processo de recrutamento para as organizações, você imagina... Mas eu não sei. Eu só sei que eu falava muito da questão racial, mas não era uma fala canalizada. Com certeza, e aí é a hipótese que eu levanto: é que ele pode ter ficado sabendo, eu não tinha uma forma de estar organizando, não tinha espaço. Na esquerda você não tem espaço para discutir isso até hoje, imagina naquela época. Eu também não era organizado em nenhum, eu era próximo, não era de nenhuma célula de organização de grupo de esquerda nenhum. O que eu era muito ligado era ao movimento de bairro, ao ativismo da oposição sindical e ao grupo de jovens. Eu era muito ligado à região, e através desse movimento você participava de uma série de reuniões, uma série de atividades. Por exemplo, quando teve a primeira greve do ABC foi feito um movimento forte em solidariedade à greve do ABC na minha região.²¹ Não

²¹ O ressurgimento do movimento operário, ainda no período da ditadura militar, ocorreu a partir do segundo semestre de 1977, através da campanha pela reposição salarial lançada pelos sindicatos metalúrgicos do ABC paulista, a região das cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano. Esse movimento culminou com a deflagração da primeira greve, em 12 de maio de 1978, quando dois mil operários da empresa Saab-Scania, de São Bernardo, compareceram, mas não trabalharam, na tentativa de “negociar com as máquinas paradas”. Foram seguidos por trabalhadores da Ford e da Mercedes-Benz e, em menos de quatro dias, o movimento já atingia setores da Volkswagen. O movimento se espalhou e atingiu, no mês seguinte, empresas nas cidades de São Paulo e Osasco. Durante as greves de maio e junho de 1978, mais de quinhentos mil trabalhadores urbanos foram mobilizados na área do ABC, em São Paulo e em Osasco, principal núcleo de desenvolvimento industrial do país. Ver *DHBB*.

é em Belo Horizonte, porque Belo Horizonte... Estou falando nessa região, que é uma região operária. Então foi feito. Quando você vai fazer uma campanha assim, ir nas missas de domingo, panfletar, soltar documento, pedir contribuição financeira, conversar com o padre para poder falar, dependendo também do padre... Então você aproveitava esses momentos de aglomeração, por exemplo: missa, feira do bairro, baile, fila de ônibus, porta de escola... Então a gente fazia todo esse trabalho de distribuição de material, na época, de pichar muro, campanha eleitoral, essas coisas todas. É nesse processo que surge inclusive a ideia do Partido dos Trabalhadores.²² Então nós criamos o PT. Mas quando essas coisas acontecem o movimento negro já existe. E nesse período, por exemplo... Porque uma coisa forte que me bateu no debate no movimento negro foi a questão da violência policial, que era uma coisa concreta que a gente vivia num bairro desse, como, no caso, o Barreiro. Então a discussão da violência policial bateu direto. Não é à toa que uma das primeiras atividades que eu fiz na região foi um ato contra a violência policial, num salão paroquial com quatrocentas pessoas. Deu muita briga com a igreja, trouxemos capoeiristas, porque a gente fazia um movimento grande. Como é que pode um jovem na minha idade mobilizar uma comunidade para levar quatrocentas, quinhentas pessoas para discutir violência policial, sem nenhuma organização por trás? A não ser o apoio da igreja, por causa de emprestar o espaço – porque eles também não mobilizaram, não falaram na missa nem nada.

V.A. – Como?

M.C. – Não sei. Como é que pode? Sem partido, sem central sindical, sem dinheiro...

V.A. – Isso antes do MNU.

M.C. – Isso já no MNU. Nisso eu já era militante, porque eu já tinha pegado a bandeira da violência policial e já estava organizando atividades para debater. Percebe? Então esse período foi muito interessante. Que é o processo onde amadurece a consciência negra, a consciência política da luta de combate ao racismo.

²² O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado em 1980.

V.A. – Agora, no seu currículo tem aqui uns cursos na Fundação João Pinheiro, que a gente achou interessante: “Brasil/África - história, política e economia”...

M.C. – É esse curso aqui, eu tenho até a revista dele.

V.A. – “O negro na história -racismo e ensino”...²³ Isso foi quando?

M.C. – Isso foi nos anos 80.

V.A. – É porque aqui não está. Está bom.

M.C. – Isso foi nos anos 80. Eu já era dirigente do movimento. Vou ver se eu acho aqui...

V.A. – E esses cursos na Fundação João Pinheiro eram frequentados por...?

M.C. – Esses cursos eram o seguinte... O Brasil estava começando a investir em África. Para preparar empresários, empresas, a Fundação João Pinheiro tinha um grupo chamado Grupo de Relações Internacionais, dirigido pelo professor Aloísio Pimenta, que foi ministro da Cultura, que foi reitor da UFMG.²⁴ Eu até escrevi, tem um artigo para você entender... E aí, como militante do movimento negro, eu fui convidado para participar de uma das mesas. Mas aí não quis só participar da mesa, participei do curso todo.

V.A. – Tem vários cursos. São três: “Brasil/África”, “O negro na história - racismo e ensino”... Mas esse é da UFMG, também é interessante: Centro de Estudos de História do Departamento de História da UFMG. Quando foi esse, você se lembra?

²³ De acordo com o currículo do entrevistado, o curso “O negro na história – racismo e ensino” foi realizado no Centro de Estudos de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e não na Fundação João Pinheiro.

²⁴ Aloísio Pimenta foi reitor da UFMG de fevereiro de 1964 a fevereiro de 1967, quando foi destituído do cargo. Seguiu para o exílio na Inglaterra e, em dezembro de 1968, foi aposentado compulsoriamente pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5) como professor da UFMG. Voltou ao Brasil em março de 1983, quando assumiu a presidência da Fundação João Pinheiro, instituição de pesquisa vinculada ao governo de Minas Gerais, nomeado pelo então governador Tancredo Neves. Deixou a Fundação João Pinheiro em 1985, ao ser nomeado ministro da Cultura pelo presidente José Sarney. Permaneceu à frente do Ministério até 1986. Ver *DHBB*.

M.C. – A data eu não vou lembrar não.

V.A. – Também é década de 80?

M.C. – Não. Esse aí eu acho que foi nos anos 90. Esse eu não vou lembrar a data não. Cadê a revista...?

V.A. – Esse Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro é a mesma coisa que a Fundação João Pinheiro?²⁵

M.C. – Não. Esse instituto é uma espécie de fundação de assistência ao estudante.

V.A. – De assistência ao estudante da UFMG?

M.C. – Não. A FAE é a Fundação de Assistência ao Estudante do Ministério da Educação. É uma espécie de delegacia do MEC aqui.

V.A. – Certo. Aí tem esse nome também de João Pinheiro.

M.C. – É, Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro. Porque um militante nosso, que hoje é um dos grandes especialistas na área de educação, que é o professor Luiz Alberto, nessa época ele coordenava esse trabalho dentro do Instituto. Tem revista que foi publicada. Tenho que achar, não sabia que você ia perguntar.

V.A. – Depois você acha.

M.C. – Tenho que achar porque é importante. Mas quando eu fiz esses cursos, eu participei deles ou como debatedor ou como assistente etc., isso já é mais para frente, eu já era dirigente, coordenador do movimento.

V.A. – Entendi.

²⁵ No currículo do entrevistado há a informação de que fez o curso “Educação e discriminação de negros” da “FAE/MEC – FAE/UFMG – Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro”, em 1987.

A.P. – Vamos deixar para dar uma olhada depois?

M.C. – Só um minutinho. Tenho que olhar do lado de lá. Só um minutinho. [silêncio]
Depois eu acho.

V.A. – Bom, então, Hamilton Cardoso, o guru, vem, e além dele? Quer dizer, vem esse casal de advogados e ele vem e conversa e vai embora, é isso?

M.C. – Exatamente.

V.A. – E quem fica é você, e tem mais gente?

M.C. – Aí eu tomo contato com o núcleo fundador do movimento aqui em Belo Horizonte.

V.A. – E qual é esse núcleo fundador?

M.C. – É Maria Lúcia e Lucimar...

V.A. – Ah, Maria Lúcia e Lucimar são do próprio MNU de Belo Horizonte.

M.C. – Exatamente. Já estavam no processo de organização aqui. Aí vai chegando mais gente.

V.A. – Quem são?

M.C. – Na época, quem chegou primeiro?

V.A. – Vocês três já estão. Aí tem mais...?

M.C. – Tem Krumah Thompson, Jorge Posadas – é até um panamenho. Quem mais? Dalmir Francisco, José Dias Pereira, que era sindicalista, e aí vem...²⁶

V.A. – As atividades consistiam em conseguir o salão paroquial para discutir...?

M.C. – Não.

V.A. – Quais eram as atividades desse núcleo inicial?

M.C. – Organizar o movimento no estado, no Brasil, essa que era a atividade.

V.A. – E o que vocês faziam?

M.C. – Aí você tem que imaginar o que é a história do movimento. O movimento foi lançado em 78 nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo e começa a se organizar no Brasil.²⁷ Aí vem uma série de atividades: fazer a primeira reunião nacional, a primeira assembleia nacional, primeiro encontro, até o primeiro congresso. Entendeu? Então esse período de 78 até 82, por aí, é um período de intensa denúncia e de organização do movimento. Eu participei todo esse período de todo esse processo.

V.A. – Nos congressos também?

M.C. – Nos congressos, todos eles.

V.A. – O primeiro congresso foi em Salvador, não foi?

M.C. – Não. Em Salvador eu não participei não. O congresso não foi em Salvador, o congresso foi aqui. O primeiro congresso foi no Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense.

²⁶ Dalmir Francisco é graduado em jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1978), mestre em ciência política pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992) e doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000). Atualmente é professor adjunto da UFMG. Ver www.cnpq.br, “Plataforma Lattes”, acesso em 4/11/2008.

²⁷ Em 7 de julho de 1978, um ato público contra o racismo, em frente do Teatro Municipal de São Paulo, marcou o início do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR), posteriormente Movimento Negro Unificado (MNU).

O segundo foi aqui em Belo Horizonte. Mas antes antecederam o que chamaram de assembleias nacionais. Teve uma em São Paulo, no Rio e em Salvador.²⁸

V.A. – Isso, está certo. Estou confundindo.

M.C. – Porque o movimento é criado em 78 e eu entro no movimento em 1º de maio de 79. Está certo? Seis meses, oito meses depois. Nesse período para cá. Aí o primeiro encontro nacional foi realizado aqui em Belo Horizonte, que eu participei.

V.A. – Primeiro encontro nacional do Movimento Negro Unificado?

M.C. – Primeiro encontro nacional do Movimento Negro Unificado. Foi aqui em Belo Horizonte.

V.A. – Quando foi?

M.C. – Em 79, 80, uma coisa assim.

V.A. – Já?

M.C. – Naquele ano eu já estava participando.

V.A. – E o que se fazia aqui dentro para mobilizar as pessoas?

M.C. – Trabalho de conscientização.

A.P. – Grupos de estudo?

M.C. – Grupos de estudo, palestras, a gente conversava para tentar organizar nos bairros, manifestações, a gente fazia uma série de atividades. Reuniões todo sábado.

A.P. – E outras lideranças de São Paulo, do Rio, vinham aqui participar?

²⁸ As assembleias de consolidação da fundação do MNU ocorreram em 23 de julho, 9 e 10 de setembro, e 4 de novembro, respectivamente em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Salvador.

M.C. – Aí quando tinha as reuniões nacionais. Vai criando as coordenações, tira a direção e aí começam as reuniões. Aí teve um período em que teve muitas reuniões em Belo Horizonte, porque Belo Horizonte é uma cidade mais central do ponto de vista de transporte, e com mais facilidades para..., o custo de vida é menor para fazer despesas com locomoção, acomodação etc.

V.A. – E onde eram essas reuniões aos sábados, por exemplo?

M.C. – No primeiro momento nós começamos a nos reunir numa editora, chamava Editora Vega. Aliás, primeiro, num prédio antigo aqui em Belo Horizonte que chamava Castelinho e que fazia um curso, naquela época, que chamava Madureza. Você lembra dessa palavra “Madureza”?

V.A. – Sei.

M.C. – Aqueles cursos de Madureza, supletivo, era uma espécie de uma escola de supletivo.²⁹ A gente se reunia ali. Depois passamos para Editora Vega.

V.A. – Por que se reunia ali, por que a pessoa que fazia parte...?

M.C. – Porque a pessoa que era simpática ao movimento emprestava, conhecia... Essas relações são sempre... Depois começamos a reunir nos sindicatos. Porque começamos a trabalhar... Como eu tinha uma vertente sindical muito forte, a gente tinha muita relação com os sindicatos. Então a gente começava a reunir muito em sindicatos, em auditórios, salas de sindicatos: Sindicato dos Petroleiros, Sindicato das Telecomunicações... Porque a gente tem um militante, o Dias, que é do Sinttel³⁰ – hoje é da Federação dos Aposentados, mas na época ele era. Ele nem era dirigente do sindicato, era da base do

²⁹ De acordo com o *Dicionário Interativo da Educação Brasileira*, trata-se do “curso de educação de jovens e adultos – e também do exame final de aprovação do curso - que ministrava disciplinas dos antigos ginásio e colegial, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1961. Fixava em 16 e 19 anos as idades mínimas para o início dos cursos, respectivamente, de Madureza Ginásial e de Madureza Colegial.” Ver <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=293>, acesso em 4/11/2008.

³⁰ Sinttel: Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações.

sindicato. Depois virou dirigente e, quando virou dirigente, praticamente tomamos, ocupamos o sindicato. Depois, o Sindicato dos Bancários. Depende do momento, não é?

V.A. – E como que os sindicatos recebiam a discussão sobre a questão racial?

M.C. – A gente discutia, emprestavam, às vezes envolviam... Eu acho que do sindicato sempre teve um apoio bom, sempre apoiou bastante o movimento. E a gente utilizava muito a gráfica do sindicato, pedia apoio para rodar material, rodar boletim, rodar panfletos etc. Fazia as reuniões, fazia muito debate. Então esse era um tipo de trabalho que a gente fazia. Depois, o trabalho com escolas, que a gente era convidado para fazer debates, sobretudo na época de 13 de Maio. Então a gente fazia muito debate em escola. E todo o trabalho em torno da mobilização do 20 de Novembro. Então a gente fazia todo esse processo de discussão em torno da consciência negra, de resgatar a história de Zumbi... Então foi um período... E denunciar. A coordenação se reunia e tirava o que chamava na época de linha política, e a partir dessa linha política que era discutida a gente definia a intervenção.

V.A. – Mas a linha política mudava de acordo com os anos? O que é uma linha política?

M.C. – Mudava de acordo com a conjuntura. Você analisa a conjuntura, o que está acontecendo, e a partir da concepção de mundo, a partir do acúmulo da história etc., você intervém, você tira o que você quer dentro da conjuntura.

V.A. – Naquele momento?

M.C. – Naquele momento.

V.A. – Aí se houver mudança de conjuntura, tem nova linha política definida.

M.C. – Exatamente. Aí você desenvolve campanhas ou não, você faz um trabalho mais de mobilização, mais de denúncia, mais de organização...

A.P. – Esse trabalho de denúncia, por exemplo, para a gente especificar mais.

M.C. – Denúncia permanente. É denúncia do racismo... Por exemplo, quando uma lei que vai ser votada e que a gente acha que vai ser prejudicial à população negra, você vai e denuncia; violência policial... Nesse processo há toda a discussão dos direitos humanos e cidadania e nesse processo você começa a... Porque o movimento, nesse momento, ainda não se isolava do que a gente chamava de lutas gerais da sociedade. Por mais que seja um movimento específico, tinha todo um debate com a esquerda, porque achavam que o movimento dividia a luta dos trabalhadores, não sei o quê, o socialismo... Então essa discussão foi sempre uma discussão que permeia até hoje o debate da luta política contra o racismo na sociedade brasileira.

V.A. – O quê? A divisão dos trabalhadores?

M.C. – Você está discutindo ação afirmativa, por exemplo, hoje, e as pessoas não vêm dizer que isso não resolve o problema da educação? Quem falou que é para resolver o problema da educação? Que a questão é da pobreza, que não existe racismo... Então esse é um debate permanente na sociedade brasileira, seja com a academia, seja com o movimento sindical, seja com o governo, com a Igreja, seja com a sociedade. Então é uma discussão de uma tradição de pensar a sociedade brasileira a partir dessa matriz da pobreza, pela linha de que no Brasil não tem esse problema, que a discussão mais importante é a luta geral. E a gente discutindo, o eixo do debate do movimento negro é a luta contra o racismo. Daí você começa a elaborar diversas linhas de ação, ou diversas linhas ideológicas, de pensar. Então tem momentos que você vai ter uma junção maior da luta de classes com a luta racial, outras vezes você vai discutir mais a questão do território, outras vezes você vai discutir mais a questão do feminismo. As mulheres negras entraram nesse movimento e foram para dentro do movimento de mulheres, que achavam que não tinha esse problema etc. Então essa discussão da opressão é uma discussão permanente. Só que hoje não é uma discussão mais no campo da denúncia. Se você imaginar, se a gente fizer uma linha de tempo, nesse período, por exemplo, a própria Escola Superior de Guerra ameaçava o movimento, porque essas questões não se discutiam na sociedade brasileira. O movimento negro, na realidade, nesse período, quebra esse silêncio de quase 40 anos da luta política contra o racismo no Brasil. Claro que da Frente Negra, de 37 até os anos 70, passando por aí por esse período da ditadura,

houve um silêncio enorme em relação à situação da população negra no Brasil.³¹ Inclusive no censo: o fato de tirarem o item cor do censo e depois voltar. Então em 1980 a discussão do item foi colocada de novo. O Brasil teve três censos, por exemplo, que não tiveram o item cor, porque os militares pediram para tirar: “Esse problema não existe no Brasil.” A discussão foi discutida como uma questão de segurança nacional naquele período.³² Então uma série de questões que envolvem o debate do racismo na sociedade brasileira. Então todas essas discussões se faziam no interior do movimento. E a partir dessa discussão você encaminhava onde você ia atuar. Obviamente ficamos um período muito grande discutindo violência policial, direitos humanos, sistema prisional. Todo esse debate que está hoje sobre sistema prisional, se você pegar os documentos do movimento, está lá atrás. O caos que está hoje o sistema prisional está denunciado lá atrás. Até porque alguns militantes faziam um trabalho nas prisões etc., teve militante que foi preso...

V.A. – Por ser militante do movimento negro?

M.C. – Não. Militante que, pelas condições de vida, pisa na bola, vai preso, é processado, dentro da cadeia percebe aquelas questões, começa a escrever, denunciar, essa discussão chega no movimento também... Sobretudo em São Paulo. Se você pegar um jornal... *O Pasquim*, por exemplo, de 78, 79, tem entrevistas de militantes já colocando essas questões. *O Pasquim*, por exemplo, tem lá. A tutela da Igreja em cima das organizações indígenas... Então, até a aproximação com os povos indígenas no Brasil foi muito difícil por causa da Igreja católica. Então tem uma série de questões que foram discutidas, que são debatidas e que a gente discute como desenvolver o processo da luta. Então eu acho que foi um período muito rico, de muita produção teórica, de muita...

V.A. – De muito debate.

³¹ Refere-se à extinção da Frente Negra Brasileira (FNB) juntamente com outros partidos, após o golpe do Estado Novo, de 10 de novembro de 1937. Criada em 16 de setembro de 1931 em São Paulo, a FNB teve ramificações em vários estados e foi transformada em partido político em 1936.

³² No primeiro censo realizado durante o regime militar, em 1970, a categoria “cor”, que vinha sendo investigada desde o censo de 1940 (portanto, em 1940, 1950 e 1960) não foi objeto de investigação. Mas a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 1976, e o censo de 1980, ambos ainda na ditadura militar, investigaram o item. Além do censo de 1970, a informação sobre cor não foi objeto de pesquisa nos censos de 1900 e de 1920. Ver <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=759>. Acesso em 17 jan. 2020

M.C. – Muito debate. Depois, o debate com a academia, o papel dos intelectuais... Brancos que vieram também, que a gente discutia para poder... Até a entrada dessa militância na universidade começar também a se produzir por si mesma. Todo o debate, por exemplo, do negro como objeto de estudo, todo esse debate foi feito também pelos militantes naquela época.

V.A. – A sua entrada na faculdade de filosofia, aproveitando isso, quando é que foi?

M.C. – 82. Foi 82. Entrei na filosofia em 82.

V.A. – E o mestrado?

M.C. – Mestrado foi em 2000.³³

V.A. – Entrou no mestrado em 2000, ou concluiu em 2000?

M.C. – Concluí em 2000. Eu entrei em 98.

V.A. – E por que essa opção por filosofia e história?

M.C. – É porque eu acho que era o meu perfil. Porque eu já tinha tentado outras vezes outros cursos e nunca... Alguns eu não consegui entrar, porque também nunca fiz cursos, nunca me preparei muito, fiz sempre... E achei, na época... Primeiro, pela minha inclinação também para reflexão, e depois eu achei que o curso de filosofia talvez fosse mais fácil entrar na universidade. Achava isso. Na época não era um curso muito disputado. Tentei fazer filosofia, mas meu perfil sempre foi um perfil de história, historiador e tal. E com a bagagem que eu tinha do próprio movimento, então para mim... No campo da filosofia é mais complicado, porque a matriz do curso é muito europeia, muito eurocêntrica, muito ocidental. Então eu fiz um esforço danado para poder fazer o curso, porque aí eu já estava muito fincado em entender o pensamento ancestral africano, então isso me incomodava demais.

³³ O entrevistado é licenciado e bacharel em filosofia e mestre em história pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

V.A. – Tinha conflitos com os professores?

M.C. – Conflito demais. Mas mesmo assim eu fiz o curso, porque eu sempre tive esses hiatos: quando eu fiz o ensino médio, eu saí do ensino médio em 75, 76, e fui entrar na universidade quase dez anos depois. Eu fui entrar universidade dez anos depois e fui fazer mestrado 15 anos depois. Por causa dessa... você tem que trabalhar, você tem filhos, você tem família, então você tem sempre essas questões, a militância... Então me envolvi demais na militância também. Quase virei uma espécie de militante profissional, só dedicado àquilo. Então passei muitos anos da minha vida, até hoje, só me dedicando à militância.

V.A. – E como é o sustento de um militante profissional? De onde ele arruma o dinheiro?

A.P. – Aí responde isso daqui a pouquinho. Deixa eu parar aqui. Tem que trocar a fita.³⁴ Então vamos voltar no sustento do militante, que eu sei bem o que é, sei bem como que é.

M.C. – Mas essa discussão... Porque se o movimento de fato profissionalizasse os seus militantes, tomava o poder, não é? Mas não é bem assim. É complicado.

[FINAL DO DISCO 1]

V.A. – Então, com filhos e a vida tendo que continuar e...

M.C. – Eu falei essa palavra, “quase militante profissional”, mas na realidade o fato de você ser militante quase profissional não significa que você receba dinheiro. Ao contrário, você gasta para militar.

V.A. – Por isso mesmo que eu estou perguntando.

³⁴ A.P. refere-se à fita de mini DV, e não à mídia de gravação do áudio, que ainda foi mantida ligada por poucos minutos.

M.C. – Você fica envolvido e você gasta para militar. Até porque a minha entidade, a minha organização sempre prezou muito, é central, a discussão da autonomia e da independência. Mas é muito difícil bancar essa militância. Se de fato a gente tivesse uma estrutura profissionalizada, talvez tivesse avançado mais. Mas a gente ia aos trancos e barrancos. Ou seja, você trabalhava, se você tinha que participar de um congresso, raramente você conseguia um apoio material para desenvolver essas atividades. Então normalmente a gente bancava do bolso. Você dedicava a vida à militância, à causa. No caso, não eram todos. Mas no meu caso particular, eu sempre me envolvi demais. Então estava sempre, como se diz, “correndo atrás” ou “correndo na frente”, para poder dar conta das tarefas.

V.A. – Aqui no seu currículo diz que você foi professor da rede estadual, não é?

M.C. – Foi por um período muito curto.

V.A. – 90 a 92.

M.C. – Apesar de que hoje eu dou aulas, faço muitas palestras, mas nunca tive paciência para ficar todo dia na sala de aula. Então teve épocas em que eu tive que, de fato, dar aulas. Mas o meu trabalho sempre foi muito de experiências profissionais muito curtas. Eu nunca ficava muito tempo no mesmo lugar. Então tinha períodos também em que a gente lançava candidatos, eu fui candidato duas vezes.

V.A. – A que?

M.C. – Então saía do trabalho, saía da escola, parava o curso, para ser candidato a vereador, a deputado.

V.A. – Eu estou perguntando a que? A vereador?

M.C. – Eu fui candidato a vereador duas vezes aqui por Belo Horizonte, uma em 82. Se vocês quiserem conferir, procura lá, tem um jornal chamado *Em tempo*, de 82, e tem uma matéria: “Candidatos operários do Brasil”. Então era muito engraçado nessa época, nesse início.

V.A. – Uma foi em 82 e a outra, lembra?

M.C. – A outra eu acho que foi em 86, se eu não me engano. Mas nunca tive voto suficiente para ser eleito.

A.P. – Eu não lembro se eu perguntei, mas eu pensei em perguntar: você foi fundador do PT aqui em BH?

M.C. – Eu acho que sim. Sou um dos. Obviamente o PT nasceu... Você sabe como o PT nasceu, não é? Comunidade eclesial de base, intelectuais de esquerda e movimento social, chamado movimento popular. Eu era do chamado movimento popular, então naquele processo: “Está nascendo um partido dos trabalhadores no Brasil”. “Vamos discutir. Vamos ver que bicho é esse.”

A.P. – Você participou da coleta de assinaturas...?

M.C. – E nesse processo eu entrei na minha região, de criação do PT. Claro que de Belo Horizonte eu sou uma liderança antiga, sou conhecido e tal. A CUT da mesma forma. Primeiro porque as centrais sindicais eram proibidas, depois... Não é legalizada até hoje, mas existe, não é? Depois esses passam por um processo muito grande de burocratização. Você imagina, eu sou uma pessoa que vem da oposição sindical, depois, na Central, só pode participar sindicato formalizado, sindicato baseado no trabalhador com carteira assinada e sindicalizado. Então eu nunca tive carteira assinada por muitos anos, então estava sempre fora da formalidade da estrutura sindical. Tinha sempre que lutar contra a estrutura sindical. O PT também, da mesma forma. O PT de hoje não é o PT dos anos 80. Até a sua composição de classe mudou. Então eu entro com os operários. É até muito engraçado, que em 81, quando foi criado o PT, eu fui uma das pessoas contra a participação de estudantes no Partido, defendia isso, achava que estudantes não tinham nada a ver com o Partido dos Trabalhadores, questionava a palavra de ordem “governo dos trabalhadores”... Eu tinha uma espécie de uma filosofia um pouco anarquista, um pouco nessa linha do... Só que depois eu fui pensando melhor e fui mudando a minha opinião. Mas eu fui uma das pessoas que brigava. Porque a gente levantava e ia para a porta de fábricas às quatro horas da manhã puxar greve, ou

brigar por uma chapa de sindicato, ou levantar uma bandeira de luta etc., e eu achava muito contraditório os estudantes de manhã no campus da Federal... é muito fácil. [riso] Então, essas contradições, discuti todas elas. E aí como tempo, você vai perdendo força, desanima e... E não é a toa que hoje eu não falo nem mais em sindicato, não existe. O movimento sindical nessa época não existe mais. São estruturas burocratizadas etc. Capacidade de mobilização... Por exemplo, eles não colocam o aparelho de mobilização “bélica” do sindicato a serviço da luta contra o racismo no Brasil. Se colocasse... Então é uma questão. O único momento em que nós tivemos um debate duro com o movimento sindical, sobretudo com as centrais sindicais, foi na época da marcha dos 300 anos. Foi um debate. Porque, como é que você vai mobilizar uma população que é pobre, sem recurso, não-financiada, não tem imposto sindical, não é greve, como é que você mobiliza pessoas para poder protestar ou manifestar etc.? Essa é uma diferença fundamental entre o movimento social negro e o restante dos movimentos. Essa é uma questão. A outra questão é a história: o movimento está falando de gente, de povo, de ancestralidade, de história, de um continente-mãe... Se eu fosse defender uma tese de doutorado, que tenho vontade de fazer o doutorado em história da África, sobretudo contemporânea, que é um pouco na linha de movimentos, os movimento de libertação e sua influência no pensamento da militância negra no Brasil etc., eu chego a levantar a hipótese de que a África sustentou dois continentes durante quase 500 anos: a Europa e as Américas. Então é um negócio muito mais complicado. Se você começa a ter esse olhar, e discutir reparação, discutir a dívida, a depredação ecológica do Brasil, os 350 anos de trabalho não-pago, você tem uma série de questões que ninguém quer ouvir, que é um debate mais fundo. Daí a importância de continuar a militância. Então o debate contemporâneo que a mídia hoje coloca, que é a discussão das ações afirmativas e mais particularmente as cotas, não é nada diante da tragédia histórica e social dessa população. Então não é um movimento popular qualquer, é uma outra discussão, uma discussão muito mais profunda. Como se diz, “o buraco é muito mais embaixo”.

V.A. – A gente tem estudado essa trajetória do movimento e tem visto que em alguns momentos a militância se articula com instâncias do governo, do Estado. Você tem uma passagem que você destacou no currículo, que é o que a gente gostaria de conversar a respeito, primeiro a sua entrada na prefeitura municipal como assessor da Secretaria Municipal de Cultura da prefeitura de Belo Horizonte no governo do Patrus Ananias

ainda, de 93 a 96, coordenador geral justamente deste projeto do tricentenário de Zumbi em 95. E aí, em seguida, continuando na prefeitura, ainda na Secretaria Municipal de Cultura, você cria o Centro de Referência da Cultura Negra. A gente queria saber, entender um pouco como foi isso, essas duas entradas iniciais. E depois o trabalho na secretaria municipal criada especificamente para assuntos da questão negra. Então primeiro falar um pouco sobre esse projeto do tricentenário e desse Centro de Referência da Cultura Negra. Como é que foi o contato com, como é que foi a entrada na prefeitura, em primeiro lugar, aqui?

M.C. – Nessa época o PT ganha as eleições aqui em 93, o Patrus Ananias é o prefeito, e a gente desenvolve um processo todo de tentar buscar um espaço no primeiro escalão do governo. Não foi possível. Depois de todas as tentativas frustradas em torno disso, como eu sou uma liderança do movimento negro, ligada à área da cultura também, e precisava trabalhar também, aí me oferecem esse cargo de assessor na Secretaria Municipal de Cultura.

V.A. – Quem era o secretário de Cultura?

M.C. – Maria Antonieta Cunha, que hoje é presidenta da Fundação Municipal de Cultura novamente. Quando eu vou para a Secretaria eu comecei a imaginar que projeto eu poderia desenvolver, porque também não sou muito ligado a tarefas de gestão administrativas, essas coisas. Sempre gosto de trabalhar com projetos. Aí comecei a pensar um projeto que pudesse... A primeira tarefa era desafiadora: você tinha que consolidar a estrutura da cultura no município. Ou seja, existia a Secretaria, mas ela estava começando todo esse debate de criar uma secretaria municipal de cultura, então estava nesse processo. O segundo era o desafio de pensar uma política cultural como direito da população. Esse era o segundo desafio, consolidar a secretaria e transformar a política cultural, eliminar as panelinhas, o clientelismo, tudo isso. O que a gente chama de balcão, varejo. Os grupos negros de Belo Horizonte começaram a ir para a Secretaria e demandar, demandar, e era impossível porque a cultura sempre teve recurso minguido diante da demanda, e a gente começou a pensar como resolver isso. Uma das questões que eu até trabalhei um pouco, para eliminar um pouco essa demanda via varejo, foi criar as leis de incentivo, criamos a lei de incentivo municipal. Então participei de todo esse processo. E com relação à população negra, aqui em Minas Gerais você tem toda

uma tradição, e a gente começou a pensar muito num eixo de memória e patrimônio: resgatar a memória, lutar contra a descaracterização de determinadas tradições, sobretudo a tradição de Nossa Senhora do Rosário, umbanda, candomblé, grupos de dança afro. Então começamos uma série de coisas que o poder público municipal nunca tinha... A pessoa chegava lá e dava um uniforme, dava um tambor e ficava por isso mesmo, dava o apoio de um ônibus, essas coisas. E começamos a pensar uma proposta sobre isso. E aí veio a ideia, isso em 93,94, eu imaginei assim: “Aí já vem os 300 anos de Zumbi, acho que é um bom eixo para fazer um grande projeto.” E acabou virando um projeto especial mesmo. E para isso, antes de formatar o projeto, eu convoquei um seminário e achava que... Belo Horizonte tem uma população negra em torno de 50 %, média de 50 %, e nesse debate de novas diretrizes para a cultura, a cultura como direito, descentralização dos espaços, do acesso a cultura, fazer mão-dupla: centro-periferia, periferia-centro. E aí começamos a pensar na ideia de ter um centro de cultura negra na cidade. Mas aí começou a ter todo um debate, igual ao debate das cotas: “Eu sou contra, não tem nada disso...” Então começamos a fazer esse debate interno, só que não ficava o debate interno na Secretaria, trouxe o debate para a cidade, o debate para o movimento. E aí surgiu a ideia de pensar numa coisa... essa palavra “referência”, a gente que puxou também. Hoje você tem na cidade vários centros de referência, aí tem da criança e do adolescente, da infância e da juventude e não sei o que, menos da cultura negra.

V.A. – Acabou aí?

M.C. – Acabou aí, ele não existe.

V.A. – Não?

A.P. – Mas ele chegou a ser criado?

M.C. – Não. Criou um núcleo, um núcleo que era eu. Não era isso. Mas aí nós chamamos um seminário para discutir a ideia de um centro de referência – eu tenho tudo ali gravado, tenho documentos, tenho uma série de coisas. E a ideia era começar falando o que significa referência, até começamos a trabalhar com conceitos etc. Aí surgiu essa ideia de criar um Centro de Referência da Cultura Negra. Foi proposto, formulamos o projeto, pensamos no espaço físico, começamos a brigar por espaços

físicos, e aí veio a ideia dos 300 anos. E aí elaboramos um projeto para os 300 anos, tinham umas outras pessoas na Secretaria que comungavam dessa ideia junto comigo, e aí pensamos na ideia de fazer um festival internacional de arte negra. Então, esse projeto do tricentenário, que eu era o coordenador-geral, tinha esses quatro grandes eixos: que era trabalhar com memória e patrimônio, no final do projeto fazer o festival, e no final do festival criar o Centro de Referência da Cultura Negra na cidade, um centro que fosse da estrutura do município, da estrutura da Secretaria. E não um Centro do movimento. Um Centro para a cidade. E fomos, fizemos...

V.A. – E o quarto eixo era o Zumbi propriamente dito?

M.C. – Não. O Zumbi era o eixo-mote dos 300 anos. E ao mesmo tempo toda a mobilização social em torno da marcha dos 300 anos em Brasília.

A.P. – Você participa da coordenação...?

M.C. – Ao mesmo tempo em que eu trabalhava no poder público... mas aí, o seguinte, eu tinha cargo de confiança, depois saí. Fiquei com cargo de confiança só dois anos. Porque aí eu fiz concurso, passei, então hoje eu sou um funcionário público do município. Mas eu fiquei coordenando esses dois projetos: no campo do movimento, o processo de mobilização, em Minas e nacionalmente, em torno da marcha, e, no município eu comecei a gestar esse projeto dos 300 anos, que desenvolveu *n* atividades. Fizemos cursos, “Na minha terra tem Palmares”, cursos de formação mesmo, que teve mesas sobre literatura, sobre África, vários assuntos. Trabalhamos com o povo do candomblé, fizemos um tributo dos orixás a Zumbi, fizemos uma série de eventos durante todo o ano. Mas para lançar esse projeto nós fizemos um bloco de afoxé, para abrir o projeto na rua, que foi uma grande levada de afoxé na realidade, que chamava “300 filhos de Zumbi”, em maio, que fechou em novembro, na semana da consciência negra, com o “Afro-Horizonte”. Aí já não eram 300, eram milhares de pessoas na rua, que chamavam “Os tambores de Minas recebem os tambores do mundo”, abrindo o Festival Internacional de Arte Negra. Então, para esse Festival vieram grupos africanos, nós trouxemos o pessoal de... Íamos trazer o Tambores do Burundi, trouxemos o... como é que chama? É um lugar que o fax para chegar lá demora cinco dias. Como é que chama? Um povo muito lindo que esteve aqui... Aí trouxemos um grupo da Venezuela,

Barlovientos, da Colômbia, Cuba, Estados Unidos, Alemanha, Uruguai, trouxemos vários tambores do Brasil: Ilê Aiyê, Bando de Teatro do Olodum, Tambor de Crioula do Maranhão, trouxemos vários grupos significativos, trouxemos pessoal de São Paulo, Funk na lata, essa cidade ficou uma loucura... E muito evento ao mesmo tempo. E bloqueei, nessa época eu tinha poder, brigava muito, bloqueei os espaços, Palácio das Artes, os teatros todos, bloqueei Sesi, bloqueei as agendas desse povo todo e fiz uma programação extensa. E o único projeto que tinha muito dinheiro na cidade era esse. Então todo mundo queria pegar uma carona. E aí comecei a brigar com todo mundo. E a gestão do dinheiro acho que não deu, foi uma confusão... Para a cidade foi ótimo. Internamente foi um fiasco. Aí eu briguei com a prefeitura e saí. Briguei não, foi muito pesado, as pessoas falaram que eu enriqueci, todas essas coisas que acontecem. Aconteceu isso, aconteceu aquilo, mas foi muito interessante. E fizemos muitos eventos. Muitos eventos que fazem hoje eles aprenderam aqui com a gente. Por exemplo, fazer um evento, uma idéia que tinha na época, mas não fizemos: Caetano Veloso num palco, de um lado o Ilê Aiyê e do outro lado Carlinhos Brown, que na época era muito interessante, duas tradições de música percussiva. Fizemos o Semba, trouxemos algumas pessoas importantes do samba no Brasil, como Dona Ivone Lara, Beth Carvalho...

V.A. – Sema?

M.C. – Semba é a origem etimológica da palavra samba, no quimbundo, a língua dos povos bantos de Angola. E fizemos uma série de eventos, cursos, apoiamos uma série de atividades para fora, fizemos seminários, fizemos atividades de rua, trouxemos congadeiros do estado todo para Belo Horizonte, porque foi essa dos tambores, acho que 50 grupos de congado. Cada grupo deve ter umas 40, 50 pessoas, do interior todo, tomamos a avenida. Só que a imprensa não registrou, nós não conseguimos registrar áudio-visualmente... Fizemos um afoxé, que não é uma tradição de Minas, é uma tradição mais da Bahia. Fizemos uma série de coisas, uma série de eventos. E esse Festival ficou na memória da cidade. Em Belo Horizonte todo ano acontece, a partir de 93 começou a acontecer o Festival Internacional de Teatro, era de ano em ano, agora é de dois em dois anos, o festival de teatro de rua e de bonecos, festival da dança, festival de desenhos de quadrinhos, e o Festival de Arte Negra não. Só foi acontecer o segundo Festival oito anos depois.

A.P. – Esse primeiro foi em 95?

M.C. – 95. O projeto não. O projeto foi todo o ano de 95, ele terminou com o Festival. Então foi um ano de atividades, e o Festival foram 15 dias com uma programação diária. E depois do Festival saímos para a marcha.

A.P. – Isso que eu ia perguntar, se você conseguiu, com a articulação de um festival tão grande, se manter na coordenação nacional da marcha, que foi em Brasília?

M.C. – Não. A gente tinha uma... O que a gente faz? Mandamos duas pessoas para Brasília para ficar lá para ajudar a organização, eu ainda viajava para o interior de Minas para fazer debates para poder falar, e dava conta da organização do Festival. Aí era a estrutura da Secretaria, você tinha vários grupos. E na seção de memória e patrimônio, tombamos o primeiro terreiro, o mais antigo de Belo Horizonte no projeto, e a guarda de congada mais antiga da cidade, nessa linha de tombamento de bens etc. Aí teve que brigar com o Conselho Deliberativo de Patrimônio, todo esse debate. Então isso está tudo registrado. Então foi um momento muito rico de produção teórica, de atividades, de visibilidade para a população negra de Belo Horizonte e tal. Do Festival, grupos como hoje vocês devem conhecer, Tambolelé, Berinbrown, surgiram várias expressões culturais novas a partir desse processo de intercâmbio que o Festival proporcionou aqui na cidade de Belo Horizonte. Claro que o segundo Festival já foi mais enxuto, porque no primeiro Festival nós pegamos as nove linguagens artísticas: cinema, tem até um caderninho, literatura, artes plásticas, trouxemos uma exposição do mestre Didi... Não. O mestre Didi veio abrir o Festival. Quem nós trouxemos? Mestre Valentin? Não. Recentemente eu fui em a Salvador e estava vendo uma exposição de fotografias, “Salvador negro é amor”, que era um pouco o que nós fizemos aqui em 95. Fizemos uns painéis, uns *banners* muito bonitos nos prédios da cidade, a gente conversava com os comerciantes e fazia os *banners*, fizemos um monumento a Zumbi, fizemos uma série de coisas. Então ficou muito marcado. E também arrumamos muita briga, porque as pessoas falaram que foi muito investimento, muito dinheiro para pouco público, custo do investimento, toda essa discussão chata de poder público foi muito ruim. Mas do ponto de vista do Festival... Então eu trabalhei nesse período de 93 até 95 com isso. Em 96, a criação do Núcleo, mas... Daí dois anos... Isso proporcionou que

criasse uma cultura na cidade de criar uma secretaria que pudesse – você diz a Seppir, não é? – planejar e coordenar essas ações na cidade. Como eu já era funcionário da prefeitura, e teve uma briga muito forte nessa época em relação à criação dessa secretaria, que chamava Secretaria Municipal de Reparações da Comunidade Negra, cuja titular foi a Diva Moreira, que recentemente coordenava um programa do Pnud, das Nações Unidas, e só que para criar essa Secretaria, quando o prefeito Célio de Castro ganha as eleições e “cria, não cria, cria, não cria...” nós fomos para a Câmara Municipal, a discussão foi para a opinião pública e ficamos um ano e meio disputando com a imprensa essa discussão até criar a Secretaria. Criou a Secretaria, dois anos e um pouquinho, aí em 2000 veio uma reforma administrativa, obviamente uns chamam de racismo institucional, e nessa reforma administrativa para reestruturar a prefeitura, aí acabaram com a Secretaria e criaram uma coordenadoria, aquelas coisas... Um troço com menos *status*, sem recursos, sem nada. Mas a única secretaria que foi desmantelada foi exatamente a da comunidade negra, as outras todas continuaram. Com outros nomes, mas continuaram. Então é isso.

V.A. – Nesse período você trabalhou nesse programa SOS Racismo e no programa de apoio...

M.C. – Na Secretaria eu criei e coordenei esse programa SOS Racismo, que era atendimento às vítimas de racismo, que depois eu achei que não era muito adequado, que isso devia ficar com as ONGs mesmo, com a sociedade civil. Porque você imagina o seguinte: um serviço que era oferecido pelo poder público para atender denúncia contra o racismo. Então às vezes traz muito problema, você está no governo como gestor e ter que enfrentar dentro do governo esses problemas. O próprio governo ou um funcionário público é denunciado, um padre, então é muito complicado. E a Justiça, como ela é parcial mesmo, então é complicado. Hoje eu acho que esse tipo de serviço deva ser oferecido pela sociedade civil com convênio com o Estado. Não necessariamente o Estado oferecer o serviço. Porque o Estado é agente da violência, ele é produtor de violência, na minha concepção.

V.A. – Aconteceu de as denúncias virem para você e elas, na verdade...

M.C. – As denúncias vão todas para lá. Aí você tinha que criar um atendimento jurídico, um atendimento psicológico, para atender as sequelas e fazer negociação... E como é que você entra, em nome da prefeitura, na Justiça para atender uma pessoa? Então tem um problema com a Procuradoria do Município. O serviço é da prefeitura. Essas coisas. Então é mais fácil que uma entidade do movimento negro faça o serviço e demande para a Justiça. Então eu acho que foi um pouco... Porque nessa época a gente queria discutir muito a coisa do Poder Judiciário, as relações raciais, toda essa discussão dos operadores do direito. Então, para criar esse serviço, eu fiz um seminário na OAB Minas Gerais, que é uma OAB que é uma estrutura muito conservadora. Aí fizemos um grande seminário na OAB, trouxemos juristas renomados para poder debater a questão e tal. Foi muito interessante.

V.A. – Agora, esse fechamento dessa Secretaria, por que aconteceu essa reforma administrativa?

M.C. – Porque de tempos em tempos faz esse tipo de reforma de reestruturação, mas eu creio que a transformação dessa Secretaria numa coordenadoria ligada à a uma outra Secretaria, que era a de Direitos e Cidadania, é um pouco do que as pessoas imaginam. Eu penso primeiro que a gente tem que ter, no espaço de poder, um espaço, pelo menos do ponto de vista do poder, igual. Ou seja, não dá para você relegar essa estrutura dentro de outra secretaria. Eu acho que tem que ter alguém no primeiro escalão do governo. Então isso incomodava demais. Depois, o próprio trabalho da Secretaria começava a incomodar. Então eu compreendo que isso é racismo institucional. Não pessoal, mas racismo institucional. Incomoda as outras secretarias: Assistência Social, Educação, Saúde, porque você começa a discutir políticas públicas para essas áreas, você começa a falar, você começa a fazer propostas, você começa a executar, na medida em que a máquina, as pessoas... Então isso traz uma série de problemas de atribuição, disputa interna, incomoda, então você começa a criar uma cultura interna contra. Então naquele momento eu acho que se deveu mais a isso.

V.A. – De dentro do próprio governo a rejeição dessa...?

M.C. – De dentro da estrutura da prefeitura. Eu acho. Eu tendo a pensar assim.

V.A. – Mas aí, você continua em seguida como analista de políticas públicas.

M.C. – Que é a minha função. Eu sou funcionário público.

V.A. – Que já é aquilo que você estava falando, é concursado...

M.C. – Exatamente. É cargo de carreira.

V.A. – Dentro da prefeitura, mas não é alocado em nenhuma secretaria em especial...?

M.C. – Não. Aí, para onde eu cismo de ir, para onde eles me mandam, eu vou. Aí eu sou um mero funcionário. Mas eu analiso políticas públicas, eu penso sobre políticas públicas.

V.A. – E aí a sua tendência é se voltar mais para políticas em relação à questão racial.

M.C. – Questão racial e de gênero. Exatamente. Eu só penso políticas por aí. Se vai beneficiar a população negra, eu estou dentro. Se não vai beneficiar, estou fora e faço a crítica. Ou se não, se não vai beneficiar, eu coloco o recorte como deve ser feito. Então as políticas universais, todas elas, algumas atendem a população e outras não. Então eu fico muito pensando, estudando, pensando gestão a partir desse enfoque. Então os critérios que definem a política para mim são importantes, porque a execução dela, a implementação dela tem que atender a ponta. É o beneficiário que eu estou tentando ver se vai atender ou não, e a forma que atende, como atende, qual o impacto que vai ter. Então é isso. É por isso que leis como a 10.639 são importantes, porque se o foco é formação de professores, eu sei que depois a multiplicação disso em sala de aula, de uma maneira geral, vai atender. Primeiro eu tenho que formar. Eu não posso culpar o professor por não saber. Então o problema é que o presidente vetou na lei a participação do movimento social. Só que a estrutura educacional não dá conta, porque eles não têm acúmulo de conhecimento para poder formar. De fato, quem vai formar é a militância para depois virar conhecimento, para publicação e aí vai. Mas de qualquer forma é um paço passo importante. Então hoje eu continuo muito trabalhando com formação de professores, dando aulas. Então é um tipo de política pública que é interessante. Vou dar um outro exemplo: livro didático, para pegar só o campo da educação. Livro didático.

Se o livro não atende, não tem história da África, não tem uma visão mais afirmativa, mais positiva da população negra, é preconceituoso... Então eu tenho que entrar: quem compra livro, quem distribui livro no Brasil? Tem o MEC, tem uma Comissão Nacional de Livros Didáticos, o MEC compra 120 milhões de livros, os professores indicam, o sistema é independente etc. Então tem que ir na política. Como é que faz isso? Eu estava na Seppir e fiz isso: “O próximo edital – o livro didático também não é descartável, tem de tempos em tempos – que já estava pronto, teve que ser modificado para se adequar à Lei.” Então as editoras vão ficar malucas para arrumar autores para poderem escrever sobre o assunto. Aí vai abrir o mercado. Essas coisas... Agora, para o livro chegar na sala de aula. Até o livro chegar na sala de aula teve uma militância, um trabalho anterior para poder definir. Então é isso que eu chamo de analisar política pública. Vou dar um outro exemplo: quilombos, saúde. Então se define a seguinte política: “O município que trabalha com comunidades quilombolas vai ter 10 centavos a mais no per capita da merenda escolar.” Então tem que discutir com o prefeito porque para o prefeito é importante, porque aquele recurso depende disso. Ou na área da saúde: “Vai ter um plus a mais porque trabalha com comunidade quilombola.” Então, tudo isso é pequeno, mas tem um impacto. Isso significa como, no programa, você faz o recorte de raça ou de gênero. Agora, eu sei que a política de atenção à saúde da população negra precisa qualificar os profissionais da área de saúde, de médico a atendente de centro de saúde. Porque o médico também torce o nariz para essa discussão. Tem médico, por exemplo, que nem toca no paciente, ainda mais se o paciente for negro. Então o negócio é complicado. Então você sabe das doenças, da incidência, onde está, então precisava ter o item no sistema nacional de informação de nascidos vivos, de mortos, nos sistemas de informação dos postos de saúde, para que você, a partir dos dados, possa localizar onde está a população, quais as doenças que são mais incidentes, para você fazer programas de prevenção. Então essa é uma política. Mas até para você aplicar a política, você precisa também formar, qualificar a mão-de-obra... Então tem todo um trabalho. Como é que você faz isso? Através dos municípios, com as unidades do serviço de saúde, fazendo projetos, conseguindo recursos, parando o pessoal do trabalho para poder ir lá treinar, qualificar... Então é muito difícil e muito lento. E também não deixa de ser, mesmo que você seja revestido como funcionário, não deixa de ser militância, porque você enfrenta internamente e é complicado.

V.A. – Na Seppir, então, você conseguiu colocar no edital de livro didático que...?

M.C. – Não estou falando que sou eu. Estou colocando como é a política. Então você tem uma secretaria cuja função é incorporar na política governamental as políticas afirmativas, os recortes de gênero e raça.

A.P. – Mas, nesse caso específico, funcionou? Esse edital contemplou...?

M.C. – O edital deve estar sendo... Porque os livros vão ser comprados em 2008. Eu acho que tem que funcionar. Aí é que tem o processo de monitoramento, de acompanhamento etc. Então eu já sei que o edital é para 2008. Em 2008...

A.P. – Já tem que ter livro pronto para ser comprado.

M.C. – Opa, o que aconteceu? Estou dando só um exemplo.

A.P. – Esse exemplo é muito importante, porque é quem compra livro no Brasil.

M.C. – Você tem o *lobby* das editoras. Quem vai fazer a seleção são as universidades, as universidades são pagas para fazerem a análise.

A.P. – E se é para comprar em 2008, em 2008 os livros têm que estar prontos.

M.C. – Exatamente. Aí é que está o problema.

V.A. – E nós estamos em 2007. Então o edital já tem que...

M.C. – Essa discussão foi feita em 2005, 2006.

V.A. – E já saiu o edital?

M.C. – Eu acho que já saiu. Tem que ver.

V.A. – E essa sua ida para a Seppir em 2004, 2005?

M.C. – É, porque nós fizemos todo um processo de criação da Secretaria. Me convidaram, até pela experiência também que eu já tenho de gestão pública em Belo Horizonte, por causa da própria Secretaria, o fato de eu também ser um dos protagonistas desse processo, aí me convidaram para ser gerente de projetos numa secretaria de relações institucionais. Mas aí eu saí, depois de dois anos e meio, em função de questões mais internas, que eu acho que não cabe aqui. Está muito recente, não vou falar sobre isso. Mas o trabalho que eu desenvolvi lá foi fazer um projeto de articulação institucional.

V.A. – O que é isso, articulação institucional?

M.C. – A relação do Estado para dentro dele mesmo e com a sociedade civil.

V.A. – Como assim, para dentro dele mesmo?

M.C. – Para dentro dele mesmo é fazer o que nós chamamos de transversalidade. Ou seja, numa política pública, eu preciso de vários organismos envolvidos dentro dela.

V.A. – Não basta a Seppir.

M.C. – Exato. Senão vira um gueto negro estatal. A luta por igualdade racial é uma luta da sociedade brasileira e tem que ser de todo o Estado, de todos os ministérios. Esse é o desafio, que é muito difícil. Vou dar um exemplo: a política quilombola. A Seppir coordena. Mas quem está envolvido? O Inbra, o MDA, os institutos estaduais de terra, a Petrobrás, Eletrobrás, não é? Porque eu preciso colocar luz, como é que eu faço? Não é a Seppir que vai colocar luz. Então você tem todo um... Esse é um desafio. Isso é relação institucional. A outra é para fora. O que é para fora? Fora do governo. Eu preciso dar sustentação política para esta secretaria. Quem vai dar sustentação política? O principal ator é o movimento negro. Então é isso. E, além disso, você precisa articular com os municípios. Onde é que a população mora? Não é em Brasília, a população mora nos municípios. Então você precisa sensibilizar prefeituras. Então é um trabalho muito difícil. Mas você precisa ter um projeto. Como a Secretaria é nova, sem recursos, pequena, enxuta, sem gente, diante daquelas estruturas seculares de clientelismo que tem naqueles ministérios pesados de Brasília, como é que faz isso? Então a proposta que

a gente começou a trabalhar tinha três eixos: a Conferência Nacional, que é o diálogo maior com a sociedade civil organizada; o Conselho Nacional, que teve que ser criado – imagina você criar um Conselho com 20 pessoas se você tem no Brasil mais de 600 grupos e entidades. Fazer essa concertação política é muito desafiador. E ao mesmo tempo o Conselho tem a participação do governo e da sociedade civil. E ao mesmo tempo articular os municípios. Aí criamos uma espécie de fórum intergovernamental, pegando aquelas estruturas municipais, como a coordenadoria de Belo Horizonte, para discutir a política e nacionalizar, e dar capilaridade à política nacional de promoção da igualdade racial. Mas antes disso você tinha que ter a política nacional de promoção da igualdade racial. E a partir daí você articulá-la às suas diretrizes mais gerais, até começar os projetos, os programas mais concretos etc. Então essa subsecretaria também acabou. Ela virou...

V.A. – Essa de articulação institucional?

M.C. – ela acabou virando hoje de comunidades tradicionais, que foi uma prioridade do governo. E eu virei secretário executivo do Conselho, porque eu tive que construir o Conselho. Fui construir o Conselho...

V.A. – Você que convidou as pessoas?

M.C. – É, fui articular a construção do Conselho Nacional. O Conselho constituído, começou a reunir e discutir etc. Eu virei secretário executivo, mas não era muito o meu perfil. E aí também não deu certo... Deu certo, não deu certo a minha participação no Conselho e eu tive que sair.

V.A. – Mas aqui está dizendo que você também era gerente de projetos.

M.C. – Gerente de projetos é o cargo. Eu estou falando das tarefas. Gerente de projetos de uma secretaria, que é o cargo. O gerente de projetos é o cargo da estrutura da secretaria.

A.P. – E um pouco antes desse desafio na Seppir, você participa também da coordenação nacional que vai levar a delegação brasileira a Durban.

M.C. – Nesse momento, vocês têm que falar que eu fui dirigente do MNU muitos anos.

V.A. – Pois é, eu ia até perguntar, porque aqui está...

M.C. – Então, em 93, quando eu fui para o governo municipal em Belo Horizonte, eu comecei a ter muito problema por causa da tensão sempre existente entre o movimento social e Estado, governo, essas coisas. O MNU sempre foi uma organização muito crítica ao governo, ao Estado, a partidos etc. Então ficou uma situação muito complicada e com o tempo eu acabei me afastando do Movimento.

V.A. – Essa data aqui de 97...?

M.C. – Eu não sei a data certa que eu saí.

V.A. – É que aqui no seu currículo está que você foi membro do MNU de 78 a 97.

M.C. – Exatamente. Então nesse período eu comecei e acabei me afastando do Movimento. Aí, como eu sou um militante, eu sempre tenho que ter uma articulação nacional. Aí eu caminhei para o lado da Conen, da Coordenação Nacional de Entidades Negras. Agora, o debate interno no MNU começa desde 90. Para você entender, que um movimento social que se propõe a ser uma organização política tem sempre forças atuando internamente, ou para dirigir ou para mudar para ir para cá ou para lá. Então tem forças inclusive estranhas ao movimento que entram para fazer isso. Desde polícia a corrente ideológicas etc. Então isso é natural no processo. E numa dessas, num dos últimos congressos que eu participei, a nossa linha, vamos dizer, ideológica perdeu, aí começou a sair um monte de gente, as pessoas começaram... Aí também veio um processo de “onguização” muito forte, as pessoas começaram a criar ONGs para cá, ONGs para lá. E esse processo, de uma certa maneira, fez com que muitas pessoas se afastassem. E aí eu me aproximo da Coordenação de Entidades Negras e me transformo numa espécie de militante dessa Coordenação.

A.P. – Você chegou a participar do Enen em 91?

M.C. – Participei. Participei não, está no meu livro. Apesar que eu tenho que fazer... Outro dia eu discuti porque eu cito ali a Unegro e os APNs, na época era o Frei Davi e o Educafro não sei o que... Por causa de uma votação de não-participação do MNU no primeiro Enen. Apesar da de a proposta ter sido, mas o MNU fez uma espécie de Enen paralelo. Então desse período começou todo esse... Como em 82 também teve um debate ideológico muito forte por causa do período eleitoral, os petistas, os comunistas, os não-petistas nem comunistas, mas os militantes fundamentalistas do movimento, aqueles que não tinham vinculação partidária. Então, por causa das eleições, foi uma discussão muito complicada. E, em 91, no interior do movimento negro, a discussão do Enen, porque pressupunha-se criar uma organização em 91, que pudesse... Mas o processo não vingou, porque veio aquele processo de rede de ONGs etc. E hoje há uma profusão de grupos no Brasil e a discussão do Estado surge nesse processo. Ou seja, eu acredito que o Estado é produzido pela sociedade. A sociedade brasileira e o Estado têm uma dívida com a população negra no Brasil, pagamos impostos, somos cidadãos, por que não participar? É só gritar que quer espaço? Tem que participar. Agora, você participa de acordo com algum determinado projeto, não é? O projeto que eu, pelo menos acredito, mais próximo do que nós pensamos é o projeto chamado democrático popular, de centro-esquerda, do pessoal que foi para o poder. Então, essa discussão com o MNU foi muito complicada, apesar de que dentro do movimento tem setores que comungam com essas ideias e tem outros setores que não. Com a Conen, a discussão do Estado foi mais tranquila. E aí, nesse processo, a ida para a Seppir, essa discussão da militância ir para dentro do Estado fazer políticas, porque nós acreditamos que se a gente não for lá para dentro, também não acontece nada. Então você tem que sensibilizar gestor, tem que formar os gestores... Então toda vez que nós vamos para dentro do Estado participar, discutir e fazer, as coisas começam a acontecer. Se a gente não participa é como se a gente nem existisse. Então a gente optou, eu pelo menos optei, por fazer essa escolha de desenvolver o trabalho dentro das estruturas de poder. Porque também ser apenas técnico, também não resolve nada. Você tem que estar nas estruturas de decisão. Daí a importância de criar os organismos institucionais e ao mesmo tempo ter pessoas militantes com qualificação política, com qualificação técnica nas diversas áreas do Estado para poder desenvolver as políticas mais importantes para reduzir a disparidade racial, a desigualdade racial na sociedade brasileira. Então esse que é o foco. O ideal seria que não precisasse de Seppir. Isso seria o ideal. Mas até para que não precisasse de Seppir, nós precisamos fortalecê-los. Você entendeu a contradição? Eu

não quero que no futuro exista Seppir, a sociedade não precisava de organismos específicos para cuidar dessa questão, mas até para que isso, no futuro, seja verdade, nós precisamos fortalecer...

V.A. – Muito bem. A gente está chegando na nossa hora. São seis e meia.

M.C. – Falta muita coisa? Eu falo muito... Está cumprindo o roteiro?

A.P. – Eu acho que a gente conseguiu dar uma boa panorâmica.

V.A. – A gente conseguiu cumprir o roteiro.

A.P. – Você tem mais alguma coisa que você queira dizer, que você queira registrar?

M.C. – Uma coisa que eu venho pensando, além da questão da África, que eu acho que é uma questão fundamental hoje, a discussão da reparação, a aproximação do Brasil com o continente africano etc., é a discussão que eu chamo, entre aspas, de “branquitude”. Eu acho que o debate da luta contra o racismo não é uma tarefa do movimento negro ou só dos negros no Brasil, é uma tarefa também dos brancos no Brasil. Então é necessário discutir o que é essa “branquitude” no Brasil, essa “zona confortável” de ser branco no Brasil. Então eu acho que é uma discussão que a gente tem que pensar. Não é só no campo de que ser branco é um privilégio ou não é, não é só isso. Eu acho que essa zona de segurança e de conforto é um debate que hoje eu começo a refletir muito sobre ele. Na medida em que muitas vezes as lutas dos movimentos sociais ficam muito isoladas por falta de solidariedade. E aí não é a desculpa do mito da democracia racial. Já não basta mais a discussão da democracia racial para botar uma capa em cima desse debate. Então é uma questão que eu acho que merece uma reflexão, que merece uma discussão mais séria sobre isso. Então é uma reflexão que eu tenho pensado muito e que eu estou pensando em estudar mais e fazer esse debate. Não no sentido da relação interpessoal, mas da relação do Estado, da relação institucional, da relação do privilégio simbólico que isso tem numa sociedade racista como a sociedade brasileira. Então eu acho que é uma questão importante. A outra, o grito da África. Acho que é uma questão também, pensar na humanidade, pensar aquecimento global, pensar uma série de questões é importante. Pensar as comunidades tradicionais no

Brasil, desenvolvimento... Então são temas que estão muito na nossa agenda, que o movimento, ou pelo menos setores, eu pelo menos, tenho propostas para discutir desenvolvimento no Brasil. Essa vinda do Bush, por exemplo, me coçou muito a cabeça, porque você pode ter uma política de desenvolvimento e transformar o Brasil num grande canavial como há 500 anos, mas você pode fazer isso de outra forma, não só através do agronegócio. Você pode envolver uma série de comunidades que estão aí à margem da sociedade nesse processo, gerando renda, gerando trabalho, gerando dignidade. E não necessariamente com etanol. Tem uma série de biocombustíveis que você pode estar fazendo através do conhecimento tradicional. E vai haver mercado, tanto para o desenvolvimento baseado na agricultura familiar, na economia solidária, quanto para o grande negócio. Se a Petrobrás hoje mistura 2% de biodiesel na gasolina, você vai ter mercado tanto para o agronegócio, para as grandes empresas, quanto para a agricultura familiar voltada para essas comunidades tradicionais quilombolas, indígenas, ribeirinhas, extrativistas etc. Eu acho que isso é um debate, sobre desenvolvimento, sobre aceleração do crescimento tem tudo a ver. E também a outra ponta disso na área urbana. Se a gente ver vir a violência urbana, vem crescendo todo esse debate em torno da violência, da segurança pública, tem a ver também com as cidades, tem a ver com o padrão de habitabilidade das pessoas, as áreas onde moram. Então são discussões de políticas públicas de desenvolvimento muito sérias. Então eu acho que é a agenda que o movimento negro, pelo menos eu estou pensando que o movimento negro deve pensar nesse congresso que nós vamos estar chamando esse ano. Esse ano agora, a partir de abril, a gente lança a ideia de fazer um congresso nacional de negros e negras do Brasil, aberto, democrático, amplo, com todas as organizações negras, com todas as entidades, que fecha em abril de 2008. E o objetivo do congresso é construir um projeto político do povo negro para o Brasil. Essa que é a ideia do congresso. Se nós vamos dar conta, eu não sei. Mas é em abril. Se vocês quiserem voltar a entrevistar, vamos ver.

V.A. – E o congresso, a ideia é que seja aqui em Belo Horizonte?

M.C. – Não sei. O congresso, a organização dele, é um processo de assembleias nacionais. Serão quatro assembleias nacionais até a plenária final.

V.A. – Que vai ser em abril de 2008...?

M.C. – Que vai ser em abril de 2008, precedido de plenárias estaduais, fóruns regionais com teses, e a ideia é apontar, não sei se vamos dar conta de pensar um projeto político do ponto de vista da população negra para o país. É claro que aí você tem algumas questões como a discussão das reparações, como é que vai fazer esse debate, que organização política é possível sair dessa diversidade de organizações e de entidades, então são desafios que... E historicamente é importante porque é a primeira vez que o movimento negro brasileiro vai sentar, com toda a sua diversidade de opinião, ideológica, para poder fazer isso.

A.P. – E as organizações, ditas nacionais, também estão participando diretamente?

M.C. – MNU, Conen, Grucon, as APNs, Unegro, todo mundo...

A.P. – Esse é um processo realmente...

M.C. – A ideia é ampliar mais, mas todo mundo está no processo de construção do congresso, com suas diferenças, com suas propostas.

V.A. – São seis e trinta e cinco.

A.P. – Muito obrigado.

M.C. – Mas aí, deu para cumprir? Se der a gente marca outro. Mas eu acho que...

V.A. – Deu. Deixa só eu confirmar com você: Marcos Antônio Cardoso, esses dados aqui, todos, identidade, CPF, endereço...

A.P. – Vou parar aqui, Verena.

[FINAL DO DEPOIMENTO]